UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE ENFERMAGEM
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM ENFERMAGEM

MILENA KARLA BRITO DE OLIVEIRA

DIREITOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: NARRATIVAS DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE OITICICA, RN

CAICÓ-RN
2024

MILENA KARLA BRITO DE OLIVEIRA

DIREITOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: NARRATIVAS DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE OITICICA, RN

Monografia apresentada a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito parcial para obtenção do título de Lincenciado e Bacharel em Enfermagem.

ORIENTADOR(A): Dra. Maura Vanessa Silva Sobreira

CAICÓ/RN
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

© Todos os direitos estão reservados à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e referenciados os seus créditos bibliográficos.

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

O48d Oliveira, Milena Karla Brito de
DIREITOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: NARRATIVAS DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE OITICICA, RN. / Milena Karla Brito de Oliveira. - Caicó, 2024.
73p.

Orientador(a): Profa. Dra. Maura Vanessa Silva Sobreira.
Monografia (Graduação em Enfermagem). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Direito à saúde. 2. Participação da comunidade. 3. Barragens. I. Sobreira, Maura Vanessa Silva. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

MILENA KARLA BRITO DE OLIVEIRA

DIREITOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: NARRATIVAS DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE OITICICA, RN

Monografia apresentada a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito parcial para obtenção do título de Lincenciado e Bacharel em Enfermagem.

Aprovado em 29 / 05 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Maura Vanessa Silva Rob

Profª. Dra. Maura Vanessa da Silva Sobreira (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Ildone Forte de Morais

Profª. Dr Ildone Forte de Morais
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Jomara Cíntia de Araújo Carneiro

Ma. Jomara Cíntia de Araújo Carneiro
Membro Externo

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, assim como eu, experimentaram a transformação forçada imposta por obras que alteraram o curso natural de nossas vidas. Em meio à dor da partida, encontramos a resiliência para abraçar o novo, reconstruindo nossas vidas como afluentes que seguem seu curso após as águas se acalmarem. Que estas palavras ecoem as vozes silenciadas, celebrando nossa força coletiva diante da mudança imposta, e que encontremos conforto e esperança nas margens de um futuro que construímos juntos.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca não apenas o fim de uma etapa acadêmica, mas também o início de uma jornada repleta de aprendizado, desafios e crescimento pessoal. Neste momento especial, gostaria de expressar minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente, quero agradecer a Deus, cuja orientação e força foram fundamentais para superar os obstáculos e alcançar esta conquista. A Ele, dedico este trabalho como expressão de minha fé e gratidão.

Aos meus pais e toda minha família, meu mais sincero agradecimento pelo amor incondicional, apoio constante e pelos sacrifícios que fizeram para que eu pudesse perseguir meus estudos. Vocês são minha fonte de inspiração e motivação.

Aos meus colegas de curso, principalmente aos meus amigos, agradeço pelas risadas compartilhadas, pelas horas de estudo em conjunto e pelo apoio mútuo ao longo dessa jornada. Cada um de vocês desempenhou um papel crucial na minha jornada acadêmica.

À minha orientadora, Maura Vanessa, pela paciência, orientação e sabedoria que compartilhou durante o desenvolvimento deste trabalho. Suas sugestões e insights foram inestimáveis e contribuíram significativamente para a qualidade deste estudo.

Aos meus professores, pelo conhecimento transmitido, pelo estímulo ao pensamento crítico e pela dedicação em promover um ambiente educacional enriquecedor. Suas contribuições foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico.

À UERN, por fornecer um ambiente propício ao aprendizado e pelo suporte institucional ao longo do curso. Estou grata por fazer parte desta comunidade acadêmica.

Às todas as pessoas que foram atingidas pela Barragem de Oiticica e enfrentaram a dolorosa necessidade de se reinventar diante das mudanças impostas, minha homenagem especial. Cada história e experiência compartilhada com vocês são lembranças que carrego em meu coração. Suas histórias de resiliência e superação serviram como inspiração para minha pesquisa. Espero que este trabalho contribua de alguma forma para uma compreensão mais profunda e compassiva das experiências vividas e que estas palavras sejam um tributo à resiliência e à força que emanam de nós.

Mais uma vez, obrigada a todos que fizeram parte desta jornada. Este trabalho é fruto do esforço coletivo de muitas pessoas, e estou profundamente grata por cada uma delas.

RESUMO

INTRODUÇÃO: No Brasil, nos últimos 50 anos, os planos de desenvolvimento estiveram diretamente ligados à concepção e implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, como barragens para armazenamento de água e geração de energia elétrica. Esses projetos têm sido responsáveis pela desterritorialização e por mudanças profundas nos modos de vida e trabalho de milhares de pequenos produtores rurais. Além disso, geram injustiças marcadas pela concentração de riquezas, processos decisórios pouco democráticos, exploração insustentável dos recursos naturais e desrespeito aos direitos humanos fundamentais da população - à saúde, moradia, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária. **OBJETIVO:** Analisar a busca pela efetivação dos direitos sociais da população atingida pela barragem de Oiticica, considerando os aspectos sociais envolvidos nesse processo. **METODOLOGIA:** O estudo foi desenvolvido na comunidade Barra de Santana, situada no município de Jucurutu/RN. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo e participante com abordagem qualitativa, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERN e aprovado com parecer n° 5.970.352. Para coleta de dados, utilizou-se um questionário semiestruturado, contendo perguntas de caracterização dos participantes e questões específicas sobre o tema. A coleta de dados foi realizada individualmente, em ambiente adequado para preservar a privacidade e sigilo dos participantes, previamente agendada com a população. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram identificadas algumas áreas em que os direitos sociais não foram assegurados, especialmente nos aspectos de saúde, moradia e preservação da cultura comunitária. As categorias temáticas emergentes foram: a importância da barragem de Oiticica, o papel e a importância do movimento dos atingidos pela barragem de Oiticica, e as estratégias utilizadas na garantia dos direitos sociais dos atingidos pela Barragem de Oiticica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados demonstraram os desafios enfrentados pela comunidade Barra de Santana, destacando áreas que necessitam de atenção adicional. Além disso, fornecem uma base valiosa para futuras pesquisas e ações, políticas públicas mais eficazes e ações do movimento dos atingidos. O estudo estabelece um ponto de partida para pesquisas futuras sobre o tema, destacando áreas que necessitam de investigação mais aprofundada.

Palavras-Chave: direito à saúde. participação da comunidade. barragens.

.

ABSTRACT

INTRODUCTION: In Brazil, over the last 50 years, development plans have been directly linked to the conception and implementation of large infrastructure projects, such as dams for water storage and electricity generation. These projects have been responsible for territorial displacement and profound changes in the ways of life and work of thousands of small rural producers. Additionally, they generate injustices marked by wealth concentration, undemocratic decision-making processes, unsustainable exploitation of natural resources, and disrespect for the fundamental human rights of the population - health, housing, a healthy environment, participation, and preservation of community culture. **OBJECTIVE:** To analyze the pursuit of the realization of social rights for the population affected by the Oiticica dam, considering the social aspects involved in this process. **METHODOLOGY:** The study was conducted in the Barra de Santana community, located in the municipality of Jucurutu/RN. It is a descriptive and participatory research with a qualitative approach, approved by the Research Ethics Committee of UERN, opinion no. 5,970,352. For data collection, a semi-structured questionnaire was used, containing questions for participant characterization and specific issues on the topic. Data collection was carried out individually, in an appropriate environment to preserve the privacy and confidentiality of participants, previously scheduled with the population. **RESULTS AND DISCUSSION:** Several areas were identified where social rights were not fully guaranteed, especially in terms of health, housing, and preservation of community culture. The emerging thematic categories were: the importance of the Oiticica dam, the role and importance of the movement of those affected by the Oiticica dam, and the strategies used to ensure the social rights of those affected by the Oiticica dam. **CONCLUSIONS:** The results demonstrate the challenges faced by the Barra de Santana community, highlighting areas that require additional attention. Furthermore, they provide a valuable basis for future research and actions, more effective public policies, and actions by the affected movement. The study establishes a

starting point for future research on the subject, highlighting areas that require further investigation.

Keywords: right to health. community participation. dams.

LISTA DE SIGLAS

CDDPH Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

CEP Comitê de Ética Em Pesquisa

CHESF Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CODEPEME Comissão de Defesa dos Direitos dos Moradores Atingidos pela Obra da Barragem de Oiticica

DNOCS Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

MAB Movimento de Atingidos por Barragens

PNAB Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens

RN Rio Grande do Norte

RS Rio Grande do Sul

SC Santa Catarina

SUS Sistema Único de Saúde

TCLE Termo de Consentimento Livre e esclarecido

UERN Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

UHECN Usina Hidrelétrica de Campos Novos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....13

2 OBJETIVOS.....18

2.1Objetivo geral.....18

2.2Objetivos específicos.....18

3 REVISÃO DE LITERATURA.....19

3.1 O surgimento e conquistas do movimento dos atingidos por barragens (MAB).....19

3.2 MAB e o contexto da Barragem das Oiticicas.....22

3.3 MAB e a luta pela garantia do direito à saúde.....25

4 METODOLOGIA.....34

4.1 Local de realização do estudo.....34

4.2 Método a ser utilizado.....34

4.2.1 Plano de recrutamento e população/amostra do estudo.....34

4.2.2 Instrumento e procedimento de coleta de dados.....35

4.2.3 Tratamento dos dados.....35

4.3 Garantias éticas aos participantes da pesquisa.....36

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....39

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES..... 39

5.2 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE OITICICAS: PERSPECTIVAS DOS PARTICIPANTES..... 43

5.2.1 IMPORTÂNCIA DA BARRAGEM DE OITICICA.....44

5.2.2. O PAPEL E A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE OITICICA..... 49

5.2.3. ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS.....52

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....56

REFERÊNCIAS.....59

APÊNDICES.....63

ANEXOS.....70

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos, no Brasil, os planos de desenvolvimento estiveram diretamente relacionados à concepção e à implantação de grandes empreendimentos de infraestrutura, como as barragens para armazenamento de água e geração de energia elétrica (Bermann, 2007; Vainer, 2007). Para efetivar essas obras, é necessário a apropriação de vários territórios, afetando pessoas que residem nesses lugares, mas tudo isso acontece sob a justificativa do desenvolvimento do país. Esses projetos são responsáveis pela desterritorialização e por intensas mudanças nos modos de vida e trabalho de milhares de pequenos produtores rurais. Além disso, segundo Porto, Pacheco e Leroy (2013, p. 13), geram injustiças marcadas "pela concentração de riquezas, por processos decisórios poucos democráticos, pela exploração insustentável dos recursos naturais e pelo desrespeito aos direitos humanos fundamentais da população" - à saúde, à moradia, ao ambiente saudável, à participação ou à preservação da cultura comunitária.

Segundo Cruz, Giongo, Marques e Mendes (2020, p. 2),

> "essa fragilidade na consolidação dos Direitos Humanos é recorrente e tem se tornado frequente na política de expansão de desenvolvimento regional. Sendo assim, a construção de barragens tornou-se um campo de lutas formado pelo seguinte confronto: de um lado, os grupos representados pelas populações atingidas pelas construções, que lutam pela moradia, pela memória coletiva e pelo compartilhamento dos seus recursos; de outro, o setor econômico, incluindo o Estado (empreendedores públicos e privados), que se apropria dos territórios visando lucros monetários e transformando os recursos naturais em mercadoria".

Como resposta a essa política de desenvolvimento, surgiu o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), surgindo de lutas espontâneas e locais, se opondo ao desalojamento compulsório dos moradores de áreas a serem atingidas com a construção desses reservatórios, muitas vezes sem a garantia dos seus direitos mais básicos, como saúde e moradia (Santos, 2014). Essa pequena parcela atingida por construções de barragens são denominados pelas pessoas de maior poder aquisitivo de "empecilho ao progresso e, via de regra, acuadas em locais mais desvalorizados e impróprios ao trabalho"

(Benincá, 2011, p.94), sendo quase sempre reassentados em lugares de péssima qualidade para produção agrícola e em número muito menor de hectares, os impossibilitando de continuarem com seus afazeres e com seu trabalho, o que faz com que seu poder aquisitivo diminua cada vez mais, isso quando não são mandados embora de suas terras sem nenhum tipo de indenização ou reassentamento.

O progresso, tal como é frequentemente definido pelos proponentes desses grandes empreendimentos, parece privilegiar interesses econômicos de elites e setores específicos, muitas vezes à custa das comunidades locais. A professora Raquel Rigotto e seus colaboradores têm contribuído significativamente para esta discussão, especialmente em seus estudos sobre a transposição das águas do Rio São Francisco e os impactos sobre a população do Vale do Apodi, no Rio Grande do Norte. Esses estudos revelam que o modelo de desenvolvimento baseado no agronegócio e em grandes obras de infraestrutura muitas vezes resulta em benefícios concentrados para uma minoria, enquanto as comunidades locais enfrentam uma série de adversidades.

Rigotto e seus colegas argumentam que projetos como a transposição do Rio São Francisco não apenas desconsideram os direitos e o bem-estar das populações locais, mas também causam significativos impactos socioeconômicos e ambientais. No Vale do Apodi, por exemplo, a transposição de águas tem levado à degradação de ecossistemas locais e à alteração de modos de vida tradicionais, impondo novas formas de precarização e dependência econômica. Estudos mais antigos da mesma autora sobre o Vale do Açu-RN destacam como o modelo de desenvolvimento agrário, centrado no agronegócio, transforma a dinâmica local de venda de força de trabalho. O agronegócio, embora promova a geração de emprego e renda em teoria, muitas vezes resulta em condições de trabalho exploratórias e instáveis, além de promover a concentração de terras e recursos nas mãos de poucos. Isso exacerba as desigualdades sociais e marginaliza ainda mais as comunidades rurais.

A intervenção no meio ambiente e na vida das pessoas através desses projetos de "desenvolvimento" também traz sérias consequências para a saúde humana, incluindo a saúde mental. A perda de território, modos de vida e

relações comunitárias tradicionais podem levar ao aumento de problemas desse tipo, como depressão e ansiedade, entre as populações afetadas. Além disso, a degradação ambiental resultante dessas obras compromete a sustentabilidade dos recursos naturais, essencial para a sobrevivência das comunidades locais. A exploração insustentável dos recursos naturais, um ponto levantado por Porto, Pacheco e Leroy (2013), não só ameaça a biodiversidade, mas também a saúde das populações humanas que dependem diretamente desses ecossistemas.

A visão do progresso que marginaliza as populações locais e ignora as consequências sociais e ambientais de grandes empreendimentos deve ser questionada. O desenvolvimento verdadeiro e justo deve considerar os direitos, necessidades e o bem-estar das comunidades afetadas, promovendo um crescimento sustentável e inclusivo. A luta das populações atingidas por barragens e outros projetos de infraestrutura é crucial para reconfigurar as políticas de desenvolvimento no Brasil, assegurando que todos possam compartilhar dos benefícios do progresso de maneira equitativa.

É nessa perspectiva de lutas e busca ativa pelos direitos que entra a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), que assegura reassentamentos, indenizações ou compensações para proprietários e comunidades atingidas. As lutas ao longo dos anos provaram que as compensações e indenizações dependem muito da mobilização dos atingidos por barragens. Por isso, elas variam de acordo com o grau de organização dos atingidos, mudam de acordo com a localidade e tem um tratamento diverso de acordo com cada empresa (PNAB). Segundo a PNAB, “a única garantia jurídica existente para os atingidos é o Decreto-Lei № 3.356 de 1941, que reconhece como atingidos apenas os proprietários de terra com escritura que forem desapropriados pelas obras e estabelece a indenização em dinheiro como única compensação. Este decreto não assegura a negociação coletiva de preços, o reassentamento e o direito de livre opção. Além disso, ele nega o “direito” dos não proprietários e todos os outros atingidos pela obra: professores, comerciantes, posseiros, indígenas, pescadores e municípios. Apenas em 2010, 59 anos depois do Decreto 3365/41, outro dispositivo legal veio tratar dos direitos dos atingidos. O Decreto 7.342 criou o cadastro

socioeconômico dos atingidos, estabelecendo um conceito legal de atingido por barragem".

O reconhecimento dos direitos dos atingidos numa Lei ou num decreto é muito importante, já que é considerada uma vitória do movimento de atingidos. Todavia, o MAB tem o pleno entendimento de que o reconhecimento de um direito não significa a sua efetivação. Direito à saúde, educação, trabalho e lazer são reconhecidos em lei, mas ainda não são plenamente efetivados. Depois de aprovada a política de direitos para as populações atingidas, o MAB estará preparado para enfrentar esta nova realidade: as lutas serão pela efetivação dos direitos (PNAB). O MAB, em sua pauta de reivindicações, apresentou ao governo federal a criação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. A proposta concreta da Política Nacional de Direitos representa o acúmulo da experiência e das lutas sociais desenvolvidas até aqui. As reparações devem reconhecer a diversidade de situações, experiências, vocações e preferências, culturas e especificidades de grupos, comunidades, famílias e indivíduos. Deverá contemplar a discussão, negociação e aprovação pelos atingidos e suas representações tendo várias opções, podendo a reparação ocorrer sob várias formas (PNAB).

O reservatório "Barragem de Oiticica", situado no Rio Grande do Norte, é um exemplo dessa história de lutas e reivindicações pelos direitos da população atingida, abarcando os municípios de Jucurutu, Jardim de Piranhas e São Fernando. Essa área é caracterizada pela ocorrência de chuvas concentrada em poucos meses do ano, com o índice de pluviosidade variando anualmente, e nos últimos anos apresentando valores abaixo da média, resultando em uma seca prolongada e baixa disponibilidade hídrica (Ana, 2016; Lacerda, 2021).

Essa obra teve início em 1952, quando o presidente da República ainda era Getúlio Vargas, há quase 70 anos, porém o projeto foi arquivado e só em 1989, através de um convênio realizado entre o governo do estado e o DNOCS, o projeto foi retomado, sendo que apenas em 1990 as obras foram reiniciadas. Contudo, em março de 1993, ocorreu uma nova paralisação (Silva, 2017; Lacerda, 2021). Em 2007, é realizado o processo licitatório para contratação da empresa responsável pela construção, mas esse processo acabou sendo anulado (Moreira, 2017; Lacerda, 2021). Em 2012 acontece uma

nova licitação e as obras têm início em 2013 com previsão de conclusão em junho de 2017. No entanto, durante esse tempo aconteceu algumas paralisações devido a protestos feitos pela população atingida pela construção do reservatório entre tantos outros contratempos que fizeram com que as obras tivessem atraso na conclusão, que, por sua vez, foi adiada para dezembro de 2019, entretanto, as obras não foram concluídas como previsto associadas a problemas com o orçamento (Lacerda, 2021).

Simultaneamente a isso, a motivação para a realização desse estudo se origina a partir da afinidade da pesquisadora com esse tema e com essa história, visto que foi uma das atingidas por esse empreendimento, além de ter conhecido, vivido e presenciado de perto cada marco importante que fez parte dessa construção.

O objetivo dessa pesquisa é investigar a luta pela efetivação dos direitos sociais da população atingida pela barragem de Oiticica, considerando os aspectos da saúde, moradia, educação, emprego, infraestrutura, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária, analisando todas as interfaces envolvidas durante o processo e se atentando para a construção e implementação de políticas públicas que garantam os direitos das populações atingidas por estes empreendimentos.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a busca pela efetivação dos direitos sociais da população atingida pela barragem de Oiticica, considerando todos os aspectos sociais envolvidos nesse processo.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o movimento dos atingidos pela barragem das Oiticicas;
- Identificar se os direitos sociais da população atingida pela Barragem de Oiticica foram assegurados;
- Levantar a existência de políticas públicas que garantam os direitos das populações atingidas por esse empreendimento e analisar os aspectos de saúde, moradia, educação, emprego, infraestrutura, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária, considerando todas as interfaces envolvidas durante o processo.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 O SURGIMENTO E CONQUISTAS DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)

O Movimento dos Atingidos por Barragens é um movimento social brasileiro, surgido a partir do fim da década de 1970 com o objetivo de organizar os atingidos pela construção de barragens para a defesa de seus direitos. Em junho de 2003, ocorreu o primeiro encontro do movimento, sediado em Brasília. Nesse evento, reiterou-se a crença na luta popular como o único meio capaz de conquistar resultados tangíveis para a população. No ano subsequente, o movimento organizou a Marcha Nacional “Águas pela Vida”, que percorreu o trajeto de Goiânia até Brasília, com o objetivo de pressionar o governo federal a cumprir os direitos das pessoas afetadas. Esta marcha contou com a participação de atingidos por barragens, pequenos agricultores, sem-terra, indígenas, pescadores, moradores ribeirinhos e comunidades quilombolas (Santos, 2014).

Na década de 1970, na região Nordeste do Brasil, especificamente no Vale do Rio São Francisco, que é carinhosamente chamado de "Velho Chico", foram construídas as barragens de Moxotó e Sobradinho. Infelizmente, essas obras não levaram em consideração os problemas sociais que poderiam surgir. Além disso, entre os estados de Pernambuco e Bahia, no final da mesma década, a construção da barragem de Itaparica resultou na inundação de uma vasta área de 834 km², forçando o deslocamento de cerca de 40.000 pessoas. Nesse período, líderes de sindicatos rurais começaram a promover reuniões nos municípios afetados, destacando a terrível situação das pessoas atingidas por essas obras. Esses afetados, aos poucos, começaram a se organizar e suas demandas se concentraram em pontos essenciais: obter terras nas margens do lago, acesso à água em suas casas e lotes, além de compensações justas pelas perdas que sofreram com a construção das barragens. Essa mobilização e organização cresceram em força com a criação de uma coalizão sindical chamada "Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco" em 1979, que teve início com uma grande concentração de trabalhadores rurais em Petrolândia, Pernambuco. No ano seguinte, em 1980, uma segunda concentração ocorreu na mesma cidade,

reunindo mais de 5.000 pessoas. Esse movimento ilustra o fortalecimento da organização e mobilização das pessoas afetadas, que buscavam justiça diante das significativas mudanças em suas vidas devido à construção das barragens (Côrrea, 2009).

Demonstrando um avanço notável em sua capacidade organizativa, esses sindicatos, em 1984, colaboraram com técnicos para criar um documento intitulado "Diretrizes Básicas para o Reassentamento". Esse documento não apenas reforçou as reivindicações anteriores, mas também introduziu novas questões. No entanto, devido à CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) apenas engajando em conversas sem fornecer respostas concretas às demandas dos sindicatos e não cumprindo os prazos acordados, o movimento crescente nessa região expandiu-se e adotou uma postura mais radical. Como resposta a essa falta de cooperação, o movimento ampliou suas atividades, incluindo ocupações de terras, com o apoio de diversos setores da sociedade civil e até mesmo do poder público. Esse endurecimento das ações reflete a frustração crescente com a falta de progresso e a necessidade de pressionar de maneira mais eficaz para que suas demandas fossem atendidas (Côrrea, 2009).

Dessa maneira, notamos que o Brasil possui um histórico significativo de conflitos relacionados à construção de grandes barragens. Um dos primeiros conflitos a ganhar destaque internacional foi a oposição à construção de uma barragem no Parque Nacional de Sete Quedas, no rio Paraná, que seria represado para a construção da hidrelétrica de Itaipu. Este caso atraiu atenção devido às preocupações ambientais e impactos na região. No Nordeste brasileiro, mais especificamente no Rio Grande do Norte, também houve controvérsias em torno da construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Embora de menor escala em comparação com Itaipu, essa barragem foi alvo de polêmicas. Sua construção teve início em 1979 e foi concluída em 1983. Com uma capacidade de 2,4 bilhões de metros cúbicos de água, o projeto originalmente visava ser uma infraestrutura crucial para combater os problemas de seca no estado. Nos anos mais recentes, a construção da barragem de Oiticica, também no Rio Grande do Norte, tem sido marcada por polêmicas. Os prazos e orçamentos para a obra têm sido continuamente excedidos, o que gerou conflitos significativos. A construção

dessa barragem resultou em uma grande visibilidade na mídia e envolveu a mobilização de diversos atores sociais, além de disputas institucionais. Esses casos ilustram como a construção de barragens no Brasil muitas vezes suscita preocupações ambientais, sociais e econômicas, gerando debates e conflitos que ecoam em níveis locais e internacionais (Ferreira, 2021).

Ao longo de seus 22 anos como um movimento nacional, de 1991 a 2013, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) alcançou várias conquistas em nome das pessoas afetadas por barragens. Um exemplo notável ocorreu em 2000, quando os afetados pela Usina Hidrelétrica Dona Francisca assinaram um acordo com a ex-presidente Dilma Rousseff, que na época estava à frente da Secretaria de Minas e Energia no estado do Rio Grande do Sul. Nesse acordo, foram assegurados reassentamentos, indenizações e compensações para proprietários de terras e comunidades afetadas pela barragem. Além disso, houve o compromisso de reassentar famílias de "não proprietários" e filhos de "não proprietários" que trabalhassem na terra, conhecidos como "filhos da terra". Essas conquistas destacam a importância da mobilização das pessoas afetadas por barragens para garantir compensações justas. No entanto, ao longo dos anos, ficou evidente que as compensações e indenizações variam consideravelmente com base no nível de organização dos afetados, na localização da barragem e na política de cada empresa envolvida. Isso resultou em tratamentos distintos para as pessoas afetadas por diferentes empresas. O início dos anos 2000 marcou a implementação do chamado "novo modelo" energético, no qual as empresas aplicaram políticas que muitas vezes não levavam em consideração os direitos dos afetados.

O MAB argumenta que, além da ausência de uma política consistente de tratamento para as pessoas afetadas, houve um retrocesso e uma redução nos direitos já conquistados. As conquistas e avanços alcançados por meio das mobilizações ainda não foram completamente transformados em direitos, resultando em um tratamento desigual para os mesmos afetados, dependendo do estado e da empresa envolvida. Isso tem levado a graves violações dos direitos humanos. A Comissão Especial do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) reconheceu que a efetivação dos direitos dos afetados por barragens ocorre principalmente devido à pressão exercida pelos

movimentos sociais. Isso ocorre em parte devido à definição restritiva e limitada do conceito de "atingido" pelas empresas e à falta de um marco legal que garanta plenamente esses direitos. Portanto, a luta continua para assegurar os direitos das pessoas afetadas por barragens e garantir que suas conquistas sejam reconhecidas e respeitadas (PNAB).

A queda na qualidade de vida na vida das pessoas afetadas, incluindo a degradação do ambiente, levou o MAB a se aproximar consideravelmente das preocupações dos defensores do meio ambiente. As causas abraçadas pelo movimento, como a visão de que água e energia não devem ser tratadas como mercadorias, reforçam a concepção de direitos não apenas no campo dos direitos humanos, mas também dos direitos ambientais. A sua principal bandeira, expressa como "água para a vida e não para a morte", exemplifica claramente essa interconexão de lutas.

3.2 MAB E O CONTEXTO DA BARRAGEM DAS OITICICAS

O distrito de Barra de Santana, que faz parte do município de Jucurutu, no estado do Rio Grande do Norte, localizado na região Seridó, está completamente inserido na área que será inundada pelo Reservatório de Oiticica. Isso significa que toda a população desse distrito enfrentou a expectativa de ser removida desde o início das obras em 2013. Inicialmente, a previsão era de que o projeto fosse concluído em 2015, porém, devido a paralisações, irregularidades, falta de recursos financeiros e protestos por parte da população afetada, entre outros problemas, a construção da nova Barra de Santana e do reservatório foi atrasada. Essa situação colocou os moradores de Barra de Santana em uma situação de incerteza e ansiedade, pois passaram muito tempo aguardando a remoção e realocação de suas residências devido à inundação causada pelo reservatório. O atraso na conclusão das obras causou um prolongamento desse período de expectativa e afetou diretamente a vida da população. Os problemas enfrentados, como paralisações e falta de recursos, demonstram os desafios e obstáculos encontrados ao longo do processo de construção do Reservatório de Oiticica. Esses problemas impactaram significativamente a população local e a realização dos planos para a nova Barra de Santana e o próprio reservatório (Lacerda, 2021).

Desse modo, os habitantes da área criaram uma comissão para representar os interesses e defender os direitos dos moradores afetados pela construção da barragem, a Comissão de Defesa dos Direitos dos Moradores Atingidos pela Obra da Barragem de Oiticica (CODEPEME). Juntamente com seus parceiros (igreja, sindicatos e o Comitê de Bacias Hidrográficas do Piancó-Piranhas-Açu), destinavam cartas aos governantes expressando sua insatisfação com relação à forma como seus direitos estavam sendo tratados no contexto da construção da barragem. Eles deixaram claro que não eram contra a construção em si, mas sim contra a negação de seus direitos. Isso indica que eles reconhecem a importância da obra, mas sentem que suas necessidades e direitos não estão sendo devidamente considerados ou atendidos. Essa manifestação por parte da CODEPEME é uma forma de chamar a atenção das autoridades responsáveis e buscar soluções para os problemas enfrentados pelos moradores afetados. Eles desejam ser ouvidos e envolvidos no processo de tomada de decisões, a fim de garantir que seus direitos sejam respeitados e que sejam implementadas medidas adequadas para mitigar os impactos negativos da construção da barragem (Lacerda, 2021).

Durante todo o processo da obra, houve abandono por parte do poder público, especificamente da Prefeitura de Jucurutu, que não deu a devida atenção e nem suporte para as necessidades dos moradores. Desde o início das obras da barragem, não foram implementadas políticas públicas para atender às necessidades da comunidade. Não houve sequer melhorias, ações e garantias sociais que seriam esperadas nesse contexto. Essa ausência de intervenção e suporte da Prefeitura de Jucurutu resultou em dificuldades para os moradores, que enfrentaram desafios decorrentes da construção da barragem. É importante ressaltar que a implementação de grandes projetos de infraestrutura, como barragens, requer um planejamento adequado para garantir que os impactos sociais sejam mitigados e que as comunidades afetadas recebam o suporte necessário. Isso inclui a criação e implementação de políticas públicas que abordem as necessidades e preocupações dos moradores, bem como a garantia de melhorias e ações voltadas para o seu bem-estar (Lacerda, 2021).

Através de muita luta, os moradores da comunidade conseguiram garantir a construção de 227 moradias, das quais 186 foram permutadas e 41 destinadas a inquilinos, aqueles que alugam casas. O projeto teve como principal objetivo melhorar a qualidade de vida da comunidade, abordando questões sociais e ambientais. Segundo o Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a obra é considerada social e está alinhada com padrões técnicos, humanos e ambientais. A nova comunidade encontra-se equipada com esgotamento sanitário moderno, fornecimento de água potável, calçamento, escola, unidades de saúde, associação, ginásio poliesportivo, igreja, campo de futebol, centro comercial e áreas para comércio, indústria e serviços, com espaço para expansão futura. A importância da mobilização da comunidade para garantir suas necessidades demonstra a abordagem abrangente do projeto ao incluir infraestrutura, serviços e instalações variadas. Essa iniciativa foi capaz de proporcionar um ambiente mais adequado para os moradores, com foco tanto nas condições de vida quanto na sustentabilidade ambiental. Porém, é crucial reconhecer que um projeto dessa natureza enfrentou muitos desafios em sua implementação, como a coordenação de recursos, financiamento e manutenção ao longo do tempo (Lacerda, 2021).

Sendo assim, é relevante explorar a literatura científica em saúde, meio ambiente e trabalho, especialmente considerando o contexto da saúde coletiva. Alguns conceitos e teorias que podem ser relevantes para essa investigação incluem os determinantes sociais da saúde (teorias que abordam como fatores sociais, econômicos e ambientais influenciam a saúde das populações, fornecendo uma lente para entender as interações entre saúde, meio ambiente e trabalho), ecologia da saúde (esta abordagem examina as inter-relações entre os seres humanos e seus ambientes, considerando fatores biológicos, sociais, culturais e ambientais que influenciam a saúde e o bem-estar), saúde ocupacional (teorias e conceitos relacionados à saúde e segurança no local de trabalho, incluindo o impacto das condições de trabalho na saúde física e mental dos trabalhadores), justiça ambiental (teorias que exploram a distribuição desigual dos impactos ambientais e de saúde, com foco nas disparidades socioeconômicas e ambientais e suas consequências para grupos marginalizados), abordagens participativas em pesquisa (teorias e métodos que enfatizam a participação ativa de comunidades no processo de pesquisa,

reconhecendo suas perspectivas e experiências como essenciais para a compreensão dos problemas de saúde coletiva).

3.3 MAB E A LUTA PELA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE

No período de redemocratização política, que teve início no final dos anos 1970, surgiram as primeiras reivindicações das pessoas afetadas por grandes projetos de infraestrutura, como barragens, exigindo reparação por danos causados. Nesse contexto, a resposta do Estado passou a se manifestar mais por meio de medidas indenizatórias do que pelo desenvolvimento de políticas voltadas para a construção de direitos e justiça ambiental. É importante considerar se a disputa em torno da definição de quem é considerado "atingido" pelas barragens representa um elemento estratégico no processo de garantia dos direitos humanos e como essa dinâmica ocorre (Vainer, 2008).

Segundo Lacerda (2021, p. 92),

> “o não cumprimento dos prazos para finalização e para a entrega das obras é um problema à parte. A população que espera para ser reassentada fica mais vulnerável a doenças de ordem psicológica, como ansiedade, depressão, transtornos do sono, por exemplo, devido a prolongada espera que acaba acarretando mais problemas financeiros, de segurança, de saúde e de infraestrutura, pois as cidades que vão ser inundadas vivenciam um processo de esquecimento anterior ao momento da entrega dos empreendimentos. Mulheres e idosos, por serem mais emotivos, tendem a desenvolver mais problemas emocionais do que o restante da população. Nesse sentido, se observa que não há apoio psicológico para as populações reassentadas, em nenhuma fase do projeto. Em Barra de Santana, a comunidade nem estava no mapa da obra, tudo foi conquistado através de lutas, de protestos, mas a população ainda amarga situações negativas como a falta de segurança, de apoio público, de saúde, de assistência social e psicológica, além da certeza de que suas histórias estarão fragmentadas”.

Se faz necessário ter um olhar mais profundo nas políticas públicas e as leis que assegurem os direitos da população atingida. A mudança de um local para outro, que passou muito tempo com data indefinida, causou danos financeiros e psicológicos, o descaso com a comunidade foi constatado

cotidianamente pelos moradores. As preocupações com a entrega do novo local encobrem a falta de zelo e respeito pelas histórias vividas no antigo (Lacerda, 2021).

Nesse contexto, é notório que o governo estadual deveria adotar uma postura mais atenta ao futuro desenvolvimento de Barra de Santana. Para isso, seria necessário implementar estratégias que contribuíssem para a reativação das atividades comerciais locais. Algumas medidas que poderiam ser adotadas incluem fomentar o turismo na região por meio de incentivos fiscais flexíveis para empreendedores e investidores interessados no potencial de crescimento da área. Além disso, seria importante oferecer apoio às famílias para a melhoria de suas habitações e estabelecer programas de assistência social e psicológica, de forma a permitir que os afetados tenham a oportunidade real de recomeçar suas vidas de maneira significativa, e até agora, só algumas dessas ações saíram do papel (Lacerda, 2021).

É fundamental evitar cair na armadilha de simplesmente abandonar a área após a conclusão do projeto e acreditar que as obrigações foram cumpridas. É imprescindível manter uma vigilância constante sobre o meio ambiente e a população, garantindo a preservação da região afetada. Isso inclui monitorar o bem-estar dos animais que perderam seus habitats, garantir a qualidade da água, realizar inspeções regulares na estrutura da barragem e controlar as emissões de gases poluentes provenientes da geração de energia na área. Portanto, o compromisso com a melhoria dessas condições deve ser mantido a longo prazo, para que os benefícios prometidos se tornem realidade (Lacerda, 2021).

De acordo com o relatório do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), os estudos de caso revelaram que o modo como as barragens são atualmente implementadas resulta frequentemente em graves violações dos direitos humanos. Essas violações têm um impacto significativo, agravando as já existentes desigualdades sociais e levando a situações de miséria e desintegração social, afetando não apenas indivíduos, mas também famílias e comunidades inteiras. Uma das preocupações destacadas é a falta de um arcabouço legal sólido que garanta os direitos das pessoas afetadas por essas barragens. Enquanto isso, as empresas envolvidas geralmente se beneficiam de leis e incentivos que são aprovados quase anualmente. Além

disso, são criadas diversas empresas, órgãos e agências estatais para supervisionar licitações e contratos relacionados a barragens. No entanto, a parte mais preocupante é que as melhorias e conquistas para as pessoas afetadas por essas barragens dependem quase exclusivamente das lutas sociais que elas próprias empreendem. Isso sugere que há uma disparidade significativa entre o tratamento dado às empresas e às pessoas afetadas, com as primeiras desfrutando de vantagens legais e institucionais, enquanto as últimas têm que lutar incansavelmente por seus direitos. Essa situação destaca a necessidade de uma revisão abrangente das políticas e regulamentações relacionadas às barragens, com um foco mais forte na proteção dos direitos humanos e na equidade social (PNAB).

Sendo assim, se faz necessário que os afetados em todo o país se unam em uma mobilização para exigir a criação de uma Política Pública abrangente e nacional, uma política que seja caracterizada por vários elementos importantes. É essencial que a política tenha órgãos governamentais designados para implementá-la e supervisioná-la. Isso garantiria uma abordagem coordenada e eficaz em todo o país; uma política desse tipo precisa de fontes de financiamento estáveis e adequadas para garantir que os programas e medidas destinados a ajudar os afetados por barragens sejam devidamente financiados e mantidos; para ser eficaz e duradoura, a política deve ser estabelecida através de um marco legal sólido. Isso garantiria que a política tivesse uma base jurídica sólida e não dependesse de mudanças políticas temporárias; a política deve reconhecer e proteger os direitos das pessoas afetadas por barragens. Isso inclui direitos relacionados à terra, moradia, meio ambiente, saúde e bem-estar, bem como o direito de participar nas decisões que afetam suas vidas. A criação de uma Política Pública nacional que atenda a esses critérios é vista como essencial para garantir que as preocupações e necessidades das pessoas afetadas por barragens sejam devidamente reconhecidas, respeitadas e atendidas em todo o país. Essa mobilização reflete a necessidade de uma abordagem mais abrangente e justa em relação às questões relacionadas a barragens e seus impactos na sociedade (PNAB).

De acordo com o MAB (PNAB, p. 19):

> “o “reconhecimento” dos direitos dos atingidos numa lei ou num decreto é muito importante, será uma vitória do movimento de atingidos. Todavia, o MAB tem o pleno entendimento de que o “reconhecimento” de um direito não significa a sua “efetivação”. Direito à saúde, educação, trabalho e lazer são reconhecidos em lei, mas não são plenamente efetivados. Depois de aprovada a política de direitos para as populações atingidas, o MAB estará preparado para enfrentar esta nova realidade: as lutas serão pela efetivação dos direitos. Não poderemos nos acomodar; teremos que nos organizar mais e fazer mais mobilizações para que o direito se torne efetivo e para que não percamos aquilo que já conquistamos. A instituição de uma política deve servir de parâmetro, de amparo às populações atingidas”.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) apresentou ao governo federal sua pauta de reivindicações, que inclui a criação da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). Essa proposta representa um acúmulo de experiências e lutas sociais desenvolvidas ao longo do tempo. Os principais pontos da PNAB são os seguintes:

- Definição do conceito de atingido: este ponto visa esclarecer o que se entende por "atingido" nas situações relacionadas a barragens. É crucial ter uma definição precisa para identificar as pessoas e comunidades afetadas pelos impactos das barragens.
- Definição das formas de reparação: isso envolve estabelecer como as pessoas afetadas serão compensadas e quais medidas serão tomadas para mitigar ou remediar os danos causados pelas barragens. Essas medidas podem incluir compensações financeiras, realocação ou outras ações de reparação.
- Definição dos direitos dos atingidos: esse ponto visa especificar os direitos das pessoas afetadas, que podem incluir direitos à terra, moradia, meio ambiente saudável, participação nas decisões que as afetam, entre outros.
- Criação de um programa de direitos dos atingidos por barragens: propõe a implementação de um programa específico dentro do processo de licenciamento ambiental de cada barragem para garantir que os direitos das pessoas afetadas sejam protegidos e respeitados.

- Criação da "Conta PNAB": esta é uma proposta de financiamento para a política de direitos, garantindo recursos adequados para a implementação das medidas de reparação e apoio às populações afetadas.
- Criação de um órgão de Estado responsável pela política, com a participação dos atingidos: este ponto sugere a criação de uma instituição governamental dedicada à PNAB, com a participação direta das pessoas afetadas para garantir que suas vozes sejam ouvidas e levadas em consideração na elaboração e implementação da política.

Em resumo, a PNAB é uma proposta abrangente que visa garantir a proteção dos direitos das populações afetadas por barragens no Brasil, abordando questões fundamentais, como definições, reparação, financiamento e participação das pessoas afetadas no processo. Essa política representa uma resposta às preocupações e demandas levantadas pelo MAB e pelas comunidades afetadas por barragens em todo o país (PNAB).

O MAB considera urgente a criação de uma Política Nacional dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens, estabelecida por meio de um marco regulatório específico para lidar com os direitos das pessoas afetadas. Este é um momento histórico em que há oportunidades significativas de avanço, com a sociedade clamando por maior participação nas decisões políticas e melhorias nos serviços públicos. Para o MAB, essa urgência é imperativa. O Governo Federal deve imediatamente instaurar uma política que reconheça e proteja os direitos das populações afetadas por barragens, isso é uma questão de vontade política e decisão. A PNAB é vista como mais uma ferramenta para fortalecer sua mobilização em prol dos direitos das pessoas afetadas por barragens e o MAB reconhece que a lei ou decreto por si só não resolverá todos os problemas relacionados à violação de direitos das pessoas afetadas. No entanto, não se pode mais permitir que as empresas decidam unilateralmente como tratar essas questões em cada localidade. Portanto, a PNAB é vista como uma forma de fortalecer essa luta, estabelecendo diretrizes claras e exigindo que as empresas sigam padrões que respeitem os direitos das populações afetadas. Em resumo, o MAB considera que a criação da PNAB é fundamental para dar voz e proteção às comunidades impactadas por barragens e para avançar na construção de um país desenvolvido que leve em

consideração as necessidades e os direitos das pessoas afetadas, em contraposição à abordagem unilateral das empresas (PNAB).

O direito à saúde é fundamental e tem suas raízes no constitucionalismo contemporâneo, sendo reconhecido como um direito humano primordial. Garantir os direitos humanos é essencial para viabilizar o exercício de outros direitos sociais, e essa missão se torna parte integral da atuação do Ministério Público. No entanto, implementar efetivamente esses princípios enfrenta desafios consideráveis, especialmente quando se busca consolidar novas formas de compartilhar o poder político e direcionar as decisões políticas em prol do interesse público. Essa busca visa fortalecer as práticas democráticas e fomentar uma cidadania ativa e efetiva. A sociedade contemporânea passou por mudanças significativas, questionando a eficácia da democracia representativa em atender adequadamente à crescente demanda por participação popular.

Nesse contexto, o processo de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), desde a Reforma Sanitária até a Constituição Federal de 1988, e sua subsequente regulamentação pelas leis 8.080/90 e 8.142/90, estabeleceram as bases do novo sistema de saúde. Uma das inovações mais importantes foi a institucionalização da participação da comunidade e a implementação do controle social. Esses mecanismos permitem que os cidadãos participem ativamente na definição das políticas de saúde, no acompanhamento da prestação de serviços e na fiscalização dos recursos destinados à saúde pública. Assim, a construção desse novo paradigma de saúde coloca a participação e o controle social como elementos cruciais para o sucesso do sistema de saúde e para o fortalecimento das práticas democráticas em nossa sociedade (Pereira, 2019).

Moreira e Scorel destacam que a participação popular é um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme consagrado no artigo 198, inciso III, da Constituição Federal de 1988, ou seja, a saúde é um direito do cidadão e dever do Estado, e deve possibilitar a participação popular, por meio de conselhos gestores, na construção de políticas públicas. Esse princípio foi regulamentado pela Lei 8.142/90, que estabeleceu a criação das Conferências e dos Conselhos de Saúde como mecanismos essenciais para promover a participação da comunidade na

gestão e fiscalização do sistema de saúde. O Ministério Público desempenha um papel significativo ao interagir com os conselheiros de saúde por meio de suas práticas de diálogo interinstitucional. Essa interação tem o potencial de aprimorar e enriquecer o controle social exercido pelos conselhos de saúde. Em outras palavras, a colaboração entre o Ministério Público e os conselheiros de saúde pode fortalecer a capacidade desses últimos de monitorar e influenciar as políticas de saúde, garantindo uma participação mais efetiva da sociedade na tomada de decisões relacionadas à saúde pública (Moreira, 2009).

Lehmann utiliza a expressão "democracia participativa" para descrever o papel crucial que o espaço de diálogo desempenha no empoderamento da sociedade como um sujeito ativo de direitos na supervisão e administração de bens coletivos intangíveis. Isso é alcançado através da participação popular em fóruns deliberativos, como os conselhos de saúde. Segundo Lehmann, os atores sociais devem se envolver ativamente nessas estruturas democráticas, estabelecendo parcerias sólidas e internalizando a contínua luta pela proteção dos direitos sociais consagrados na Constituição. Em resumo, a "democracia participativa" é vista como uma ferramenta fundamental para envolver a sociedade na governança e garantir o respeito aos direitos sociais (Lehmann, 2013).

Durante o período de redemocratização do país, os movimentos sociais trouxeram de volta a questão da participação popular como uma demanda central para fortalecer a democracia. Eles enxergaram nisso uma oportunidade para criar um novo meio de expressão, representação e envolvimento da sociedade na tomada de decisões, especialmente no campo da saúde. Com a percepção de que a democracia representativa estava se mostrando insuficiente para resolver os desafios que se apresentavam, surgiu a ideia da democracia participativa como uma estratégia para assegurar uma maior participação dos cidadãos. Essa abordagem buscou oferecer uma alternativa que permitisse à sociedade ter um papel mais ativo na definição e no direcionamento das políticas públicas, com um foco especial na área da saúde (Ribeiro, 2008).

A concretização do direito à saúde é uma empreitada que requer um esforço contínuo de mobilização social. Isso significa que os Conselhos de

Saúde só podem desempenhar eficazmente sua função como espaços democráticos de deliberação em ambientes onde os princípios democráticos são não apenas respeitados, mas também valorizados. Em outras palavras, para que os Conselhos de Saúde cumpram seu papel de forma efetiva, é essencial que haja um comprometimento com a democracia, incluindo o respeito pelos valores democráticos, o que permite a participação ativa da sociedade na formulação e no monitoramento das políticas de saúde. Essa tarefa não é estática, mas sim um processo contínuo que envolve a constante mobilização e engajamento da comunidade em prol do direito à saúde (Bispo, 2013).

Sendo assim, fica claro que o controle social na saúde se refere à participação da sociedade na gestão e fiscalização das políticas públicas de saúde. Ele é essencial para garantir a transparência, a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população. O controle social na saúde envolve a participação ativa de cidadãos, usuários do sistema de saúde, profissionais da área e representantes de organizações da sociedade civil na formulação, implementação e avaliação das políticas de saúde, se relacionando com o MAB, que é uma organização social que desempenha um papel importante no contexto do controle social na saúde, especialmente em áreas afetadas por grandes projetos de construção de barragens.

O MAB atua na defesa dos direitos das comunidades atingidas por barragens, buscando garantir o acesso a serviços de saúde de qualidade para essas populações. Algumas das contribuições do MAB para o controle social na saúde incluem a mobilização de comunidades atingidas por barragens para que possam reivindicar seus direitos à saúde. Isso envolve conscientização sobre os impactos na saúde dessas comunidades e a luta por serviços adequados. A organização realiza atividades de advocacia junto a autoridades governamentais e órgãos de saúde, pressionando por políticas e serviços de saúde mais adequados para as comunidades atingidas, além de acompanhar os impactos na saúde das comunidades afetadas, coletando dados e evidências que podem ser usados para exigir ações corretivas e indenizações quando necessário. Também promove organização através de educação em saúde nas comunidades afetadas, capacitando os moradores para que compreendam melhor seus direitos e possam tomar medidas para proteger sua

saúde, ou seja, o MAB trabalha em parceria com outras organizações da sociedade civil, fortalecendo o movimento de controle social na saúde e ampliando sua capacidade de influenciar políticas públicas (Freitas, 2009).

4 METODOLOGIA

4.1 LOCAL DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO

O estudo foi desenvolvido na comunidade Barra de Santana, situada no município de Jucurutu/RN. Essa comunidade é 100% saneada e conta com abastecimento de água potável, energia elétrica, estação de tratamento de esgoto, pavimentação de vias, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem de águas pluviais e acessibilidade.

Atualmente, Barra de Santana dispõe de 177 casas, 1 escola, 1 creche, 1 igreja, 1 Unidade Básica de Saúde, 1 centro comercial, 1 praça pública e 1 quadra de esportes.

4.2 MÉTODO UTILIZADO

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritiva e participante com abordagem qualitativa. O método descritivo foca na descoberta e na análise de fenômenos procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, procurando verificar os fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição precisa de forma que com tais fatos e fenômenos se apresentam. Já o estudo participante faz com que o pesquisador participe nas atividades de indivíduos e, portanto, o faz tornar-se um membro da organização ou comunidade, o habilitando a compartilhar suas experiências com os indivíduos, não apenas observando, mas também “sentindo” os fatos (Da Silva, 2016).

A pesquisa qualitativa é uma ação investigativa que posiciona o observador no mundo, ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível e envolve um caráter interpretativo e de abordagem natural, ou seja, os pesquisadores estudam as coisas em seus contextos naturais, procurando compreender e/ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhe atribuem (Da Silva, 2016).

4.2.1 RECRUTAMENTO E POPULAÇÃO/AMOSTRA DO ESTUDO

População é um termo demográfico que se refere ao conjunto de indivíduos que vivem em um determinado território e habitam uma determinada área. Já a amostra diz ser apenas uma parte da população de estudo. A

população deste presente estudo é constituída por moradores da comunidade Barra de Santana. Para garantir a ampla participação, foi realizado agendamento para coleta de dados. Também foi reservado espaço que garantisse a privacidade e sigilo. Dessa forma, participaram do estudo 20 participantes que atenderam os seguintes critérios para participação no estudo

- Critério de inclusão – 1) fazer parte da associação de moradores; 2) ter participado do movimento dos atingidos pela barragem das oiticicas; 3) residir na comunidade Barra de Santana; 4) assinar o TCLE;
- Critérios de exclusão – 1) residir na comunidade há menos de 5 anos; 2) não ter idade igual ou superior a 18 anos; 3) não ter profundo conhecimento sobre o tema da pesquisa; 4) ter vínculos familiares ou profissionais com os pesquisadores.

4.2.2 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DE PRODUÇÃO DE DADOS

O instrumento utilizado para coletar os dados foi um questionário semiestruturado (APÊNDICE B) organizado por uma série ordenada de perguntas, contendo questões de caracterização dos participantes e questões específicas acerca do tema.

A coleta de dados aconteceu conforme cronograma previsto. E para sua execução foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) autorizando a pesquisa.

Antes da aplicação do instrumento de coleta os participantes foram informados sobre os objetivos do proposto estudo e foi apresentado aos mesmos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a aceitação em participar da pesquisa, mediante a leitura e assinatura do TCLE, a mesma foi realizada.

A aplicação do instrumento foi realizada individualmente em ambiente adequado, preservando e priorizando a privacidade e o sigilo, mediante agendamento.

4.2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

A interpretação e análise dos dados obedeceram a um procedimento de análises dos conteúdos qualitativos, conforme a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Para Santos (2012) a análise do conteúdo segundo a técnica de Bardin (2011) é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. Para Tozoni-Reis (2009), essa etapa consistiu em discutir, analisar e interpretar os dados coletados, organizados em categorias, usando para isto as contribuições dos diferentes autores que escreveram sobre o mesmo tema ou temas próximos.

Na pré-análise, foi definido o objetivo antes de iniciar a análise, estabelecendo claramente os objetivos e questões de pesquisa que orientaram o processo. Na seleção do material, as fontes de dados foram selecionadas e preparadas para análise. Foi feita uma leitura flutuante para familiarização com os dados, sem realizar interpretações ou categorizações específicas. Na exploração do material, não houve restrições ou preconcepções sobre as categorias emergentes. No tratamento dos resultados, foi realizado organização do corpus textual, que consistiu no conjunto completo de dados que foram analisados e organizados de acordo com a estrutura definida durante a pré-análise. Houve também unidades de registro, que são os fragmentos de texto que contêm informações relevantes para a pesquisa e podem ser palavras, frases ou parágrafos, dependendo da natureza do material. As unidades de significação (temas) são as unidades de sentido identificadas durante a análise, que representam ideias, conceitos ou padrões presentes nos dados. Já as categorias temáticas foram desenvolvidas para agrupar e organizar os temas identificados em uma estrutura hierárquica ou relacional. Para organizar o corpus textual, as respostas foram revisadas para garantir precisão e fidelidade aos dados originais. As unidades de registro foram então identificadas dentro do texto, enquanto as unidades de significação e as categorias temáticas se derivaram da análise dos dados, agrupando ideias semelhantes em categorias mais amplas e significativas. Essas etapas são iterativas e podem envolver revisões e refinamentos à medida que a análise avança, garantindo uma compreensão aprofundada e abrangente dos dados.

4.3 GARANTIAS ÉTICAS AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Na formação da pesquisa foram considerados os requisitos apresentados pela Resolução 466/2012, que trata de pesquisa e testes em seres humanos. Dentre as exigências da resolução, está a obrigatoriedade de que os participantes, ou representantes deles, sejam esclarecidos sobre os procedimentos adotados durante toda a pesquisa e sobre possíveis riscos e benefícios (Brasil, 2012).

Portanto, a pesquisa seguiu as exigências da resolução, onde foram apresentados e esclarecidos os procedimentos que foram seguidos durante a pesquisa, respeitando a ética e visando proteger os direitos e deveres dos integrantes da pesquisa. Procurou-se esclarecer ao máximo que a participação era de livre e espontânea vontade, podendo desistir caso fosse necessário, e caso precise, o acesso ao conteúdo da pesquisa será fornecido, ressaltando que os mesmos assinaram o TCLE. O estudo foi direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisa da UERN e aprovado CAEE 67154623.2.0000.5294 com parecer n° 5.970.352.

A etapa de coleta de dados aconteceu conforme cronograma previsto. Os objetivos dessa pesquisa foram expostos aos participantes, para que compreendessem da melhor maneira. E ainda, os participantes que aceitaram participar da pesquisa, foram convidados a assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O benefício desta pesquisa é a compreensão dos direitos sociais que a população necessita e as políticas públicas que se fazem necessárias para alcançar todos eles. Os riscos mínimos que o participante da pesquisa foi exposto foi a dificuldade em falar do assunto, devido ser um assunto que mexe com as emoções e com os sentimentos dos mesmos e envolve a cultura e história comunitária. Esses riscos foram minimizados mediante a garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não foi preciso colocar o nome do mesmo; para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente e a orientadora aplicaram o questionário e puderam manusear e guardar os questionários; por fim, os dados coletados foram armazenados em pen drive e caixa arquivo, guardada por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável (orientador) no Departamento de Enfermagem, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos

resultados foi feita de forma a não identificar os participantes da pesquisa. Nos recortes das entrevistas, foi adotada a identificação por meio da letra 'E', seguida de um número, definido a partir da ordem de coleta.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da investigação foram organizados considerando a caracterização dos participantes e os discursos acerca da temática explorada.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os participantes do estudo foram caracterizados quanto à idade, sexo, ocupação profissional, tempo de atuação na profissão e há quanto tempo mora na Barra de Santana. A tabela 1 apresenta, de maneira estatística, as informações sobre as variáveis:

Tabela 1 - Caracterização dos participantes da pesquisa quanto a idade, sexo, ocupação profissional, tempo de atuação profissional e de moradia na comunidade Barra de Santana.

Variáveis		
Idade	*n*	*%*
23 |--------- 30	3	15,0%
31 |--------- 40	5	25,0%
41 |--------- 50	9	45,0%
51 |--------- 70	2	10,0%
71 |--------- 76	1	5,0%
Sexo		
Feminino	18	81,8%
Masculino	2	18,1%
Ocupação profissional		
Estudante	1	5,0%
Professora	4	20,0%
Autônoma	1	5,0%
Enfermeiro	1	5,0%
Agricultor (a)	6	30,0%

Aposentada	2	10,0%
Agente comunitária de saúde	2	10,0%
Auxiliar de serviços gerais	2	10,0%
Funcionária pública	1	5,0%
Tempo de atuação na profissão		
Entre 1 e 5 anos	1	5,0%
De 5 a 10 anos	6	30%
Acima de 10 anos	13	65%
Tempo que mora em Barra de Santana		
Entre 5 e 10 anos	6	30,0%
Desde que nasceu	14	70,0%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

A maioria dos participantes possui entre 41 e 50 anos, sendo 45%; 15% entre 23 e 30 anos; 35% entre 31 e 40 anos; 10% entre 51 e 70 anos e 5% de 71 a 76 anos. Quanto ao sexo, 81,8% são mulheres e 18,1% são homens. Em relação à ocupação profissional, 5% são estudantes, 20% são professores, 5% são autônomos, 5% enfermeiros, 30% agricultores, 10% aposentados, 10% são agentes comunitários de saúde, 10% auxiliares de serviços gerais e 5% são funcionários públicos. Quanto ao tempo de atuação profissional, 5% atua entre 1 e 5 anos, 30% entre 5 a 10 anos e 65% atua há mais de 10 anos. Em relação ao tempo que mora em Barra de Santana,30% mora na comunidade entre 5 e 10 anos e 70% mora desde que nasceu.

A partir dos dados apresentados, é possível notar-se que o perfil dos participantes é predominantemente feminino e de agricultoras. Essa predominância feminina é influenciada por diversos fatores sociais, econômicos e culturais. Além da influência das mulheres como matriarcas e líderes familiares, elas desempenham papéis cruciais na tomada de decisões familiares, incluindo as relacionadas à agricultura e produção de alimentos, também existe a questão da herança cultural, onde as mulheres têm histórico de liderança nas atividades agrícolas. Esse papel foi transmitido ao longo das

gerações e se tornou uma parte essencial da identidade cultural; habilidades tradicionais, em que as mulheres frequentemente desempenham um papel central nas atividades agrícolas, possuindo habilidades tradicionais e conhecimentos transmitidos de mãe para filha. Essa continuidade nas práticas agrícolas pode contribuir para a liderança feminina nesse setor; estrutura familiar, em que as mulheres assumem a responsabilidade pela gestão e produção agrícola. Isso pode ser influenciado por fatores como migração masculina para áreas urbanas em busca de emprego. Quanto às ocupações e formas de produção, as mulheres podem se envolver em diversas práticas agrícolas, cultivando uma variedade de culturas para garantir a segurança alimentar e, muitas vezes, para comercialização. As principais formas de produção agrícola nessa comunidade incluem cultivo de alimentos básicos, como feijão, milho, batata, legumes e verduras, para sustentar suas necessidades alimentares diárias (FAO, 2019).

Um estudo relevante que aborda questões semelhantes às discutidas no texto é o artigo "Necessidades de saúde de camponeses em conflito ambiental frente às instalações de perímetros irrigados", de Rigotto et al. (2013). Neste estudo, Rigotto e colaboradores exploram as necessidades de saúde de camponeses que vivem em áreas afetadas por conflitos ambientais, especificamente relacionados à instalação de perímetros irrigados. Esse estudo examina como esses camponeses lidam com os desafios de saúde associados à contaminação ambiental, perda de território e mudanças nas práticas agrícolas devido à implementação de projetos de irrigação. Essas questões são discutidas em um contexto de conflitos sociais e ambientais, onde os camponeses enfrentam desafios significativos para manter sua saúde e bem-estar em meio a mudanças ambientais e socioeconômicas.

Ou seja, é possível reforçar as evidências científicas encontradas no item sobre o papel das mulheres na agricultura, sua relação com a terra e a identidade cultural, assim como os desafios enfrentados pela população em contextos de mudança ambiental e desterritorialização.

Também podemos perceber que a maioria reside na comunidade Barra de Santana desde o nascimento, mesmo que alguns já tenham se mudado antes, ambos voltaram para a sua terra e permaneceram até os dias de hoje, onde constituíram família e firmaram suas raízes, ou seja, essas pessoas que

viveram uma vida inteira com seus costumes e tradições tiveram que passar por uma desterritorialização, perdendo seus bens de natureza material e imaterial, suas referências de identidade, ação e memória social, suas formas de viver e criar, seus territórios tradicionais, manifestações culturais, imaginário local e o sentimento de pertencimento e tudo que faz parte do elo entre o homem e o território (Lacerda, 2021).

Sendo assim, conclui-se que o debate sobre o controle social na saúde e a participação da população nos conselhos municipais de saúde e na fundação dos conselhos locais de saúde é fundamental para a efetivação da democracia e a promoção de políticas públicas de saúde mais inclusivas e transparentes, pois os conselhos municipais de saúde desempenham um papel crucial na formulação, implementação e monitoramento das políticas de saúde em nível local. Eles representam um espaço democrático onde a sociedade civil pode participar ativamente da gestão e fiscalização das ações de saúde, contribuindo com suas experiências, demandas e necessidades.

A participação ativa da população nos conselhos municipais de saúde é essencial para garantir que as políticas de saúde atendam às reais necessidades e demandas das comunidades locais. Os conselhos devem ser espaços inclusivos, onde diferentes grupos sociais, incluindo usuários do sistema de saúde, profissionais da área e representantes de organizações da sociedade civil, tenham voz e sejam ouvidos.

A criação dos conselhos locais de saúde é uma iniciativa importante para descentralizar o controle social na saúde, levando em consideração as especificidades e realidades de cada comunidade. Esses conselhos podem ser espaços mais acessíveis para a participação da população, permitindo uma maior proximidade entre os cidadãos e as instâncias de decisão em saúde.

Apesar dos avanços na criação e funcionamento dos conselhos de saúde, ainda existem desafios a serem superados, como a garantia da representatividade e participação efetiva de grupos marginalizados, a transparência na gestão dos recursos e a articulação entre os diferentes atores envolvidos. No entanto, os conselhos de saúde também representam uma oportunidade única para fortalecer a democracia participativa e promover a construção coletiva de políticas de saúde mais justas e equitativas.

Em suma, o fortalecimento do controle social na saúde e a participação da população nos conselhos municipais e locais de saúde são elementos essenciais para a promoção da saúde pública e o exercício pleno da cidadania. Esses espaços democráticos devem ser valorizados e fortalecidos como instrumentos de transformação social e melhoria das condições de vida das comunidades.

5.2 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE OITICICAS: PERSPECTIVAS DOS PARTICIPANTES

A partir do processo de análise dos dados qualitativos emergiram-se três categorias seguintes: Importância da Barragem de Oiticica; O papel e a importância do Movimento dos Atingidos pela Barragem de Oiticica; Estratégias utilizadas na garantia dos direitos sociais pelo MAB. A tabela abaixo contém cada uma delas e seus desdobramentos. Para a identificação dos participantes utilizou-se “E”, seguido de um hífen e número definido a partir da ordem de coleta.

Tabela 2 – Categorias temáticas e seus desdobramentos nos direitos sociais.

Categorias	**Desdobramentos nos direitos sociais**
Importância da Barragem de Oiticica	Aborda a compreensão da população sobre a barragem e seus benefícios e malefícios, tanto no âmbito da obra física, quanto da social, além dos aspectos emocionais, de saúde, moradia, educação, emprego, infraestrutura, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária.
O papel e a importância do Movimento dos Atingidos pela Barragem de Oiticica	Aponta sobre a criação do Movimento dos Atingidos pela Barragem de Oiticica e sua importância na participação popular e garantia e efetivação dos direitos sociais.
Estratégias utilizadas na garantia dos direitos sociais pelo MAB	Discorre sobre os meios utilizados para garantir os direitos da população atingida pela barragem.

5.2.1 Importância da Barragem de Oiticica

Desde o início da sua construção, a Barragem de Oiticica é considerada muito importante para a região do Seridó, já que irá trazer segurança hídrica e alavancar a economia, ajudando a um estado que sofre com a seca há muitas décadas, mas, por outro lado, a obra representa um ponto de referência significativo na maneira como os conflitos ambientais relacionados à disputa por terra e água são conduzidos e administrados, onde também podemos destacar o aumento na frequência que esses conflitos resultam e as dificuldades enfrentadas na implementação das políticas que buscam regular o acesso e uso dos recursos naturais. Além de que esses conflitos estão intrinsecamente ligados às dinâmicas sociais e econômicas, já que surgem em conexão direta com a realidade social, econômica e política das comunidades atingidas (Alves, 2019).

Quando questionados sobre a obra, os participantes demonstram que compreendem bem sua importância e, apesar do sentimentalismo, conseguem diferenciar seus benefícios e malefícios.

> *“Uma obra de grande importância para a região do Seridó, devido aos recursos hídricos que vai proporcionar. (E-4)*
>
> *“Os benefícios é que futuramente vai promover a questão da água para muitas cidades e agora temos uma comunidade nova e saneada. Os malefícios foram as questões de saúde mental na população. (E-5)*
>
> *“Acho muito complicada, apesar de fazer o bem para muitos municípios, prejudicou a nossa comunidade. (E-6)*
>
> *“Os benefícios são o armazenamento de água e os malefícios foi que algumas pessoas ficaram doentes por causa da obra, além da questão da mudança.” (E-9)*
>
> *“Os malefícios foram as indenizações injustas para uns e outros não, o benefício é o abastecimento de água”. (E-10)*

> *“Os benefícios foi o saneamento na nova comunidade, o calçamento, melhores condições oferecidas nas escolas. O ruim foi a mudança do lugar, existe muitas lembranças, além das indenizações que foram injustas para alguns.” (E-12)*
> *“Os benefícios são o abastecimento de água, a comunidade agora é planejada e saneada. Os malefícios foram o desmatamento e a mudança da população que causou impactos mentais”. (E-16)*
> *“Os benefícios ainda virão, que será suprir a necessidade hídrica da região. Os malefícios são a desconstrução histórica e cultural da população e as questões ambientais”. (E-18)*

A partir das respostas pontuadas, é possível perceber uma variedade de opiniões e sentimentos. As respostas coletadas revelam uma ampla gama de perspectivas sobre a construção da barragem de Oiticica na região do Seridó. Os participantes expressam opiniões variadas, destacando tanto os benefícios quanto os malefícios resultantes dessa obra. Alguns enfatizam a importância dos recursos hídricos proporcionados pela barragem, mencionando melhorias como abastecimento de água, saneamento e infraestrutura na nova comunidade.

Entretanto, há uma clara preocupação com os impactos negativos, incluindo questões de saúde mental na população, indenizações consideradas injustas para alguns, e desconstrução histórica e cultural. A mudança forçada de local e o desmatamento também são mencionados como fatores prejudiciais. Algumas respostas apontam para benefícios futuros, como a supressão da necessidade hídrica da região, mas persistem inquietações relacionadas aos impactos culturais, históricos e ambientais.

Em suma, a diversidade de perspectivas destaca a complexidade da avaliação dos impactos de grandes projetos de infraestrutura nas comunidades locais. É evidente que a construção da barragem não apenas alterou a dinâmica social e ambiental, mas também gerou reflexões profundas sobre o equilíbrio entre os benefícios imediatos e os custos a longo prazo.

Durante o preenchimento do questionário, os participantes falavam sobre seus sentimentos e expressavam sua dor e sofrimento ao relembrar da antiga comunidade, na qual não poderão mais voltar depois que o reservatório estiver cheio, além de relembrar o começo da construção da obra e ter que lidar com as lembranças felizes e tristes do lugar onde boa parte construiu sua vida.

Segundo Giongo (2021), esse tipo de sofrimento pela qual a população passou está intimamente ligado à sensação de perder referências e pontos de ancoragem sociais e temporais no que diz respeito a discursos, práticas e identidades. É como se as pessoas se sentissem desorientadas, sem um sentido claro de onde pertencem ou como se encaixam no mundo ao seu redor. Essa perda de referências pode gerar um profundo desconforto e mal-estar, pois as estruturas familiares, culturais e sociais que antes forneciam segurança e estabilidade podem se tornar instáveis ou até desaparecer completamente.

Do ponto de vista teórico, percebemos que existe um sofrimento social, fundamentada na ideia de que o mal-estar não pode ser compreendido isoladamente, mas sim dentro das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que o definem, moldam e reconhecem. Assim, a interpretação do sofrimento social envolve a análise dos discursos historicamente construídos em um contexto local específico de relações de poder. Além disso, é crucial examinar as possíveis limitações das ações dos indivíduos e de seus grupos frente ao sofrimento, considerando as opções disponíveis no campo político, econômico e institucional (Giongo, 2021).

Nessa perspectiva, o sofrimento social também é compreendido como uma categoria política, que, em essência, desafia a ideia de que o sofrimento psíquico pode ser separado das condições gerais de vida das pessoas. Elas destacam as interconexões entre o sofrimento individual e as mudanças nas estruturas sociais, reforçando a importância de considerar o contexto mais amplo ao analisar experiências de mal-estar social (Giongo, 2021).

Em relação aos aspectos de saúde, moradia, educação, emprego, infraestrutura, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária envolvidas durante o processo de construção da barragem, os participantes avaliaram conforme demonstrado na tabela 3, atribuindo nota quanto a sua relevância.

Tabela 3 - Avaliação dos participantes acerca dos aspectos de saúde, moradia, educação, emprego, infraestrutura, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária envolvidas durante o processo de construção da barragem

Aspectos		
Saúde	*n*	*%*
0 |--------- 5	11	55,0%
6 |--------- 10	9	45,0%
Moradia		
0 |--------- 5	2	10,0%
6 |--------- 10	18	90,0%
Educação		
0 |--------- 5	1	5,0%
6 |--------- 10	19	95,0%
Emprego		
0 |--------- 5	10	50,0%
6 |--------- 10	10	50,0%
Infraestrutura		
0 |--------- 5	1	5,0%
6 |--------- 10	19	95,0%
Ambiente saudável		
0 |--------- 5	7	35,0%
6 |--------- 10	13	65,0%
Participação		
0 |--------- 5	4	20,0%
6 |--------- 10	16	80,0%
Preservação da cultura comunitária		

0 |--------- 5	14	70,0%
6 |--------- 10	6	30,0%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024).

Os participantes relataram que desde o início da construção da obra, a comunidade não manteve o mesmo nível da saúde que tinha antes, além dos problemas psicológicos acarretados por essas mudanças, existiam também muitas máquinas que trabalhavam na construção e passavam pela comunidade carregados de areia e outros materiais, soltando detritos que prejudicava a saúde física da população. Outrossim foi o descaso por parte da prefeitura, que, por ter ciência da mudança para a nova comunidade, não investiu na infraestrutura da unidade de saúde local, deixando que os usuários fossem atendidos em condições precárias.

Com relação a moradia, a grande parte ficou satisfeita com as novas residências, que apesar de não serem idênticas as antigas em questão de tamanho e localização, são novas, ao contrário das anteriores, que eram deterioradas devido a ter sido construídas há muitas décadas e algumas pessoas não terem condições de fazer reformas.

A maioria dos participantes não relatou impactos negativos na educação, alguns até relataram que houve até uma certa melhora, pois desde quando o local começou a ser visto pela mídia, a população começou a estudar mais sobre o assunto para conceder entrevistas.

Em relação ao emprego, metade considera que essa obra trouxe muitas oportunidades de emprego para os moradores e a outra metade considera que na nova comunidade não há tantas oportunidades quanto na antiga, visto que a grande maioria da população é composta de agricultores e atualmente não tem mais as mesmas fazendas ao redor da comunidade, visto que também foram atingidas pela barragem.

A maioria dos participantes considera a infraestrutura satisfatória, tanto da antiga comunidade como da nova, a única diferença é que, mais uma vez, houve abandono da prefeitura desde o início da obra, mas foi compensado na construção dos novos espaços de lazer.

Em relação ao ambiente saudável, boa parte considera que não houve muitas mudanças negativas, apenas a questão da poluição durante a

construção da obra e a invasão de animais, visto que na nova comunidade não tem barreiras (porteiras e mata-burros) como na antiga.

A maioria dos participantes confirmam que a participação da população nas manifestações e reuniões foi excelente e de suma importância no processo de garantia dos direitos sociais e que, sem isso, não teriam tido sucesso em suas benfeitorias.

Se tratando da preservação da cultura comunitária, a maioria acha que houve um impacto negativo na mudança de uma comunidade para a outra, visto que alguns costumes foram perdidos, como, por exemplo, o lazer na praça, que agora não é arborizada como a outra e, por isso, a população evita frequentá-la, outro ponto citado foi que, devido a distância das casas uma das outras, os moradores não saem mais para a calçada para conversar com os vizinhos, que, inclusive, não são mais os mesmos do antigo local, já que houve uma mudança na localização das casas. A nova comunidade também não tem mais movimento de pessoas como antes, visto que a maioria era composta por moradores de sítios vizinhos e que também foram atingidos pela obra e se mudaram para outros lugares não tão próximos da comunidade nova como antes. A única coisa que permaneceu igual foi a festa da padroeira, Senhora Santana, que é comemorado todo ano no mês de julho.

5.2.2. O papel e a importância do Movimento dos Atingidos pela Barragem de Oiticica

Buscando entender a influência do MAB durante a construção da Barragem de Oiticica, questionou-se aos participantes sobre o papel e a importância desse movimento. As falas demonstraram que ele foi a peça chave para a conquista dos direitos da comunidade.

> *"Se não fosse toda a mobilização e empenho da própria comunidade durante o movimento não teríamos conseguido o mínimo seria praticamente uma segunda São Rafael." (E-1)*
>
> *"A população tomou conhecimento dos seus direitos e a obra deixou de ter apenas o olhar voltado para a obra física e passou a perceber a social." (E-2)*

> *“Quando as obras começaram, a comunidade não foi avisada, fomos parar a obra e através disso criamos o movimento com apoio da Igreja Católica e representantes do governo. Se não tivéssemos nos reunido, nenhum representante do governo viria até a gente saber o que estava faltando e o que a gente precisava. (E-4)*
>
> *“Por meio de reuniões formou-se uma comissão para ouvir as opiniões, discutir e tomar uma posição de melhoria para cada um dos moradores”. (E-8)*
>
> *O movimento foi criado devido a necessidade que a população sentiu de lutar pelos seus direitos que estavam sendo negligenciados. Ele foi muito importante no período da construção, porém agora está muito parado”. (E-18)*

A partir das respostas, nota-se que esse cenário foi marcado por uma longa história de resistência, lutas e conquistas. Nesse contexto, a atuação do movimento dos impactados teve início quando se viram confrontados com a entrada de maquinaria no território da comunidade, sem qualquer diálogo prévio ou comunicação formal sobre o que estava ocorrendo. É importante ressaltar que o Movimento dos Atingidos pela construção da Barragem Oiticica liderou quatro interrupções nas obras, fundamentadas no não cumprimento dos prazos estabelecidos para as ações sociais relacionadas ao reassentamento e ao pagamento das compensações aos afetados (Lima, 2021).

Assim, a atuação do Movimento dos Atingidos desempenha um papel fundamental na asseguração da reposição dos bens materiais que serão submersos devido à construção da barragem. Entre as notáveis conquistas alcançadas, destaca-se, inicialmente, a garantia de assistência aos agricultores não proprietários e sem terra, por meio da alocação de casas e lotes agricultáveis no projeto das Agrovilas. Além disso, outra realização significativa foi a construção de moradias para as famílias inquilinas que não dispunham de uma solução habitacional própria. A terceira conquista relevante foi a seleção

do local para a construção da nova comunidade, que abriga aproximadamente 250 famílias (Lima, 2021).

Ou seja, inicialmente, o governo não tinha a intenção de atender às necessidades sociais resultantes da construção da barragem. No entanto, devido à pressão do movimento dos atingidos, o Estado foi obrigado a recuar e entrar em negociações, tentando apresentar uma imagem de parceria com o movimento, enfatizando sua colaboração e minimizando a justificativa da necessidade do reservatório. Dessa forma, destaca-se o significativo poder de negociação conquistado pelo movimento ao longo de sua luta, consolidando um espaço onde as decisões são geralmente tomadas de forma coletiva, com a participação ativa dos afetados e de instituições representativas (Lima, 2021).

Coutinho (1997) compreende essa dimensão histórica da cidadania como uma implicância na definição dos diferentes níveis de direitos civis, políticos e sociais. No que diz respeito aos direitos civis, estes são construídos ao longo da história e abrangem aspectos como o direito à vida, à liberdade de pensamento, à locomoção e à propriedade. Os direitos políticos, por sua vez, manifestam-se no direito de votar e ser votado, bem como na liberdade de associação e organização. Por fim, os direitos sociais englobam aqueles que proporcionam ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual gerada pela coletividade.

Esse processo de desapropriação pela qual a população de Barra de Santana passou se traduz como a retirada de moradias e terras, resultando em instabilidade na subsistência financeira, perda de identidade e vínculo com o local, entre outras rupturas. Em última análise, reconhece-se que a atuação do MAB desempenha um papel crucial na mitigação dessas discrepâncias. O movimento, ao longo de sua história, tem sido um protagonista em lutas que visam efetivar a cidadania por meio da participação democrática. No caso específico do Movimento dos Atingidos pela construção da Barragem Oiticica em Jucurutu/RN, destaca-se por sua atuação engajada e dedicada à defesa dos direitos da população (Lima, 2021).

5.2.3.Estratégias utilizadas na garantia dos direitos sociais dos atingidos pela barragem das Oiticica

Segundo a Constituição Federal, os direitos sociais visam resguardar direitos mínimos de qualidade de vida dos indivíduos. São direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Os participantes da pesquisa mostraram conhecimento sobre os seus direitos na condição de atingidos por barragens e se mostraram parcialmente insatisfeitos com o que aconteceu, relatando todas as estratégias que foram utilizadas nesse processo.

> *"A principal e mais importante foi as paralisações, contudo também houve inúmeras reuniões entre população e comissão e também foram feitos acordos extrajudiciais com o governo". (E-1)*
>
> *"Os direitos não foram todos contemplados, mas a maior parte e mais importantes sim. Conseguimos por meio de reuniões e assessoria do movimento, além de acordos extra-judiciais". (E-4)*
>
> *"Inicialmente buscamos nossos direitos através do Movimento, quando a população se reuniu, e através dessas reuniões os prazos dos compromissos eram formados, apesar de nem sempre se cumprir". (E-5)*
>
> *"Os direitos não foram assegurados por completo, o governo deixou muito a desejar. Por isso, formamos uma equipe através da união da Igreja Católica, representantes do governo e população". (E-8)*
>
> *"As estratégias foram participar das reuniões, principalmente junto com o Ministério Público." (E-9)*
>
> *"As reuniões, protestos e a criação da Comissão". (E-13)*
>
> *"Os direitos não foram totalmente assegurados, precisamos ter paralisação das obras, reuniões com representantes do governo e com a comunidade". (E-15)*

“ Os direitos não foram cumpridos em sua totalidade, porém muito foi conquistado através de paralisação da obra com acampamentos em frente, uso das mídias e redes sociais para divulgação da causa.” (E-18)

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a violação e negação de direitos humanos durante a construção de barragens representam um acúmulo de anos, onde as estratégias de resistência desempenharam um papel fundamental para assegurar algum tipo de justiça e direitos para aqueles afetados. Ao longo do tempo, o MAB testemunhou e vivenciou diversas formas de violações de direitos, o que motivou a organização a desenvolver estratégias de resistência. Diante das violações de direitos e do processo de criminalização dos defensores dos direitos dos afetados, o MAB elaborou, em 2005, um dossiê intitulado "Criminalização contra os defensores de direitos humanos na implantação de hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai". O objetivo deste dossiê era denunciar a criminalização que ocorria, usando como exemplo emblemático a situação da Usina Hidrelétrica de Campos Novos (UHECN) na Bacia do Rio Uruguai, localizada na região sul do Brasil (RS/SC).

Essa iniciativa demonstra o comprometimento do MAB em expor as injustiças e violações, destacando casos específicos para ilustrar a dimensão do problema. O movimento busca não apenas resistir contra as construções de barragens, mas também promover a conscientização pública e denunciar a criminalização daqueles que defendem os direitos humanos dos afetados, contribuindo assim para um debate mais amplo sobre a necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a proteção dos direitos fundamentais (Santos, 2015).

Conforme Agostini e Bergold (2013) destacam, o direito de participação nas discussões e decisões relacionadas à construção de barragens é um direito fundamental para todos aqueles impactados por esses empreendimentos. Essa premissa fundamenta-se na ideia de que o acesso à informação e a participação da população são componentes essenciais e garantidos pela esfera de proteção universal dos direitos humanos. Essa abordagem reconhece que as comunidades afetadas não apenas têm o direito

de receber informações transparentes sobre os projetos de barragens, mas também de serem ativamente incluídas nas decisões que impactam diretamente suas vidas e meios de subsistência. O acesso à informação possibilita que as pessoas compreendam completamente os impactos potenciais de tais projetos em suas comunidades e no meio ambiente ao seu redor. Além disso, a participação popular é vista como um meio eficaz de garantir que as decisões relacionadas às barragens reflitam as necessidades e preocupações das populações locais. Isso não apenas fortalece a legitimidade dos processos decisórios, mas também promove uma abordagem mais justa e equitativa na gestão desses empreendimentos.

Portanto, a perspectiva apresentada por Agostini e Bergold (2013) destaca a importância de não apenas reconhecer, mas também garantir ativamente o direito à participação das comunidades afetadas por barragens, alinhando-se aos princípios fundamentais dos direitos humanos e contribuindo para uma abordagem mais justa e inclusiva no desenvolvimento de projetos desse tipo.

A fragilidade na consolidação dos Direitos Humanos no contexto da expansão de barragens no Brasil reflete um dilema persistente e cada vez mais prevalente. Esse cenário se concentra na construção dessas obras, transformando-se em um campo de batalha entre diferentes interesses. De um lado, encontram-se os grupos representados pelas comunidades afetadas, que buscam preservar não apenas suas moradias, mas também sua memória coletiva e o direito ao compartilhamento dos recursos locais. Do outro lado, temos o setor empresarial, incluindo atores estatais e privados, que buscam apropriação dos territórios visando lucros financeiros, muitas vezes transformando recursos naturais em meras commodities (Cruz, 2020).

Essa dicotomia revela uma tensão entre o desenvolvimento econômico impulsionado pela expansão da economia e a salvaguarda dos direitos humanos e da sustentabilidade ambiental. As comunidades afetadas enfrentam desafios significativos ao tentar preservar seu modo de vida, suas terras e recursos, enquanto o setor lucrativo, em sua busca por rentabilidade, pode negligenciar esses direitos em prol do progresso econômico. A luta dessas comunidades vai além da mera resistência física às construções de barragens; ela abraça a defesa de valores culturais, sociais e ambientais intrinsecamente

ligados a essas áreas. A desigualdade de poder nesse confronto é evidente, uma vez que as comunidades muitas vezes carecem dos recursos e influência necessários para competir com o aparato do setor econômico e do Estado (Cruz, 2020).

Além disso, essa fragilidade na consolidação dos Direitos Humanos destaca a necessidade de uma abordagem mais equitativa e participativa na implementação desse tipo de projeto social. A consideração cuidadosa dos impactos sociais e ambientais, bem como a inclusão ativa das comunidades afetadas nas decisões, são fundamentais para mitigar conflitos e promover um desenvolvimento mais sustentável e respeitoso aos direitos humanos (Cruz, 2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o controle social e a participação da população nos conselhos de saúde, tanto municipais quanto locais, é crucial para a promoção da saúde coletiva e para a efetivação dos direitos sociais. Esses espaços representam uma oportunidade para que os cidadãos exerçam sua cidadania de forma ativa, contribuindo para a formulação, implementação e monitoramento das políticas de saúde em suas comunidades. A participação nessas instâncias possibilita a discussão de questões relevantes para a saúde da população, incluindo a relação entre saúde, meio ambiente e trabalho.

No contexto da enfermagem em saúde coletiva, a participação nos conselhos de saúde e a análise dos impactos da construção de barragens na saúde das comunidades atingidas são temas de grande relevância. Ao investigar a luta pela efetivação dos direitos sociais da população atingida pela barragem de Oiticica, o estudo aborda questões fundamentais para a enfermagem em saúde coletiva, tais como: os impactos na saúde da população - a análise dos impactos da construção da barragem na saúde das comunidades atingidas permite identificar os principais problemas de saúde enfrentados por essas populações e as estratégias necessárias para enfrentá-los; relação entre meio ambiente e saúde - a discussão sobre os impactos ambientais da construção da barragem e sua influência na saúde das comunidades atingidas destaca a importância da interação entre meio ambiente e saúde, ressaltando a necessidade de políticas de desenvolvimento sustentável que protejam o meio ambiente e promovam a saúde da população; condições de trabalho e saúde - a análise das condições de trabalho dos profissionais de saúde envolvidos no atendimento às comunidades atingidas pela barragem pode revelar desafios específicos enfrentados por esses trabalhadores e a necessidade de medidas de proteção e promoção da saúde no ambiente de trabalho.

.O estudo pretendeu investigar a luta pela efetivação dos direitos sociais da população atingida pela barragem de Oiticica, na comunidade Barra de Santana, considerando os aspectos sociais envolvidos nesse processo, através da compreensão do movimento dos atingidos pela barragem, identificando se os direitos sociais da população atingida foram assegurados, analisando a construção e implementação de políticas públicas que garantam os direitos das populações atingidas por esse empreendimento e observando os aspectos de

saúde, moradia, educação, emprego, infraestrutura, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária, analisando as interfaces envolvidas durante o processo.

Os objetivos do estudo foram alcançados por meio de uma abordagem abrangente e multidisciplinar, focando nas diversas dimensões sociais relacionadas à construção da barragem de Oiticica na comunidade Barra de Santana. Além disso, o estudo identificou as principais motivações do movimento dos atingidos e analisou suas estratégias, proporcionando uma compreensão aprofundada de suas ações e, através disso, foi possível verificar que, apesar de avanços, alguns direitos sociais ainda não foram totalmente assegurados, evidenciando desafios persistentes. Além de permitir problematizar questões específicas relacionadas à tríade saúde, meio ambiente e trabalho, oferecendo insights importantes para a prática profissional e para o desenvolvimento de políticas de saúde mais abrangentes e eficazes. Portanto, esses objetivos permitem uma reflexão profunda sobre as inter-relações entre saúde, meio ambiente e trabalho, destacando a importância da enfermagem em saúde coletiva na promoção da saúde e na defesa dos direitos das populações vulneráveis. Ao problematizar essas questões, o estudo contribui para o avanço do conhecimento científico na área e para a melhoria das práticas de cuidado em saúde coletiva.

Quanto aos principais resultados, pode-se identificar que em algumas áreas os direitos sociais ainda não foram completamente assegurados, como nos aspectos de saúde, moradia e preservação da cultura comunitária. No que diz respeito à saúde, as pessoas que foram afetadas mentalmente deveriam ter uma equipe de apoio para auxiliar na adaptação e cuidar da sua saúde mental. A questão das moradias também deveriam ser revistas, pois muitas pessoas se sentiram prejudicadas com o tipo de indenização que receberam. Quanto a questão da cultura, os moradores poderiam organizar uma documentação da história e cultura, organizar eventos culturais, criar redes e parcerias com outras comunidades que passaram por experiências semelhantes, integrar a educação cultural no currículo escolar, promovendo a transmissão de conhecimento tradicional e incluir a promoção de artesanato local, turismo cultural responsável e práticas agrícolas tradicionais. Além do reconhecimento da importância do movimento dos atingidos na defesa de seus interesses,

percebeu-se também uma avaliação crítica das políticas públicas existentes e suas lacunas, além da compreensão dos desafios enfrentados pela comunidade.

As principais dificuldades encontradas foram as dificuldades na obtenção de participação efetiva da comunidade em algumas etapas do estudo, devido a questões logísticas e resistências; e restrições de tempo também limitaram a extensão da pesquisa e a abrangência das análises. A aplicabilidade dos resultados pode ser limitada a contextos específicos, sendo necessário cuidado ao generalizar as conclusões para outras situações, além do mais, esse estudo pode ter sido influenciado por viés de resposta, especialmente em questões sensíveis ou relacionadas a experiências pessoais.

As principais contribuições desta pesquisa foram a identificação dos desafios enfrentados pela comunidade Barra de Santana e pelo movimento dos atingidos pela barragem, além de fornecer uma base sólida para futuras intervenções, políticas públicas mais eficazes e ações do movimento dos atingidos, além de estabelecer um ponto de partida para pesquisas futuras sobre o tema, destacando áreas que necessitam de uma investigação mais aprofundada.

Em síntese, o estudo oferece uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados pela comunidade Barra de Santana, apontando para áreas que necessitam de atenção adicional, ao mesmo tempo em que fornece uma base valiosa para futuras pesquisas e ações.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, A. M. & BELGORD, R. C. (2013). **Vidas secas: Energia hidrelétrica e violação dos Direitos Humanos no estado do Paraná.** Veredas do Direito, 10(19), 167-192. Disponível em: http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/309. Acesso em: 8 fev.2024.

ALVES, M.N. Da Silva et al.. **Políticas públicas e conflito ambiental no processo de construção da barragem de oiticica**. Anais I CONIMAS e III CONIDIS... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/63772>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BISPO JÚNIOR, J. P.; GERSCHMAN, S. Potencial participativo e função deliberativa: um debate sobre a ampliação da democracia por meio dos conselhos de saúde. **Cien Saude Colet**, v. 18, n. 1, p. 7-16, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/wPF9RYGDwsTSbx4JhNnJttN/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Fernando Henrique Cardoso, [2000]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão de Ética em Pesquisa – CONEP. **Resolução nº 466/12.** Dispõem sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2012.

BRASIL. Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. **Secretaria Nacional do MAB.** Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. São Paulo, 2013. Disponível em: https://mab.org.br/wp-content/uploads/2021/02/PNAB-Politica-Nacional-de-Direitos-das-Populacoes-Atingidas-por-Barragens.pdf. Acesso em 24 nov. 2022.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** Volume II. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, S. R. M. O movimento dos atingidos por barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”. **Revista nera**, *[s. l.]*, n. 15, p. 34–65, 2009. DOI: 10.47946/rnera.v0i15.1372. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1372. Acesso em: 13 set. 2023.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In: REVISTA PRAIA VERMELHA. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Disponível em: https://educacaofiscalgoias.files.wordpress.com/2013/08/notas-sobre-cidadania-e-modernidade-nelson-coutinho1.doc. Acesso em: 4 fev. 2024.

CRUZ, F.K.T.; *et al.* “Isso é tirar a vida das pessoas”: barragens e violação de direitos. **Psicologia e sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, p. 1-16, abr. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/MqNFk9WKsgRrDBvH3Mmqm4j/?lang=pt. Acesso em: 23 nov. 2022.

DA SILVA, E. R.i et al. Caracterização das Pesquisas de Teses em Administração com Abordagem Qualitativa. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, v. 6, n. 1, p. 204- 223, 2016.

FAO. O papel da mulher na segurança alimentar. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Brasília, Brasil: FAO, 2019.

FERREIRA, J.G. et al. Conflito ambiental no processo de construção da barragem de Oiticica, Rio Grande do Norte/Brasil. **XI Congresso Português de Sociologia.** Identidades ao rubro: diferenças, pertenças e populismos num mundo efervescente, Lisboa, 29 a 31 de março de 2021. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/XI_Congresso/Ambiente_XI-APS-15114.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

FREITAS, L. R. S de et al. **Saúde e Sociedade no Brasil: um caminho a ser percorrido.** Fiocruz, 2009.

GIONGO, C.R.; MENDES, M.R.M. “Bicho de sete cabeças”: as vivências dos atingidos pela barragem de Itá. **Psicologia USP,** São Paulo, v. 32, p. 1-9, out. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/bQBD3ySpThmBMMPywHgdMBx/?lang=pt. Acesso em: 23 nov. 2022.

LACERDA, M.C.F. **Avaliação dos impactos socioambientais da construção do reservatório Oiticica - Jucurutu/RN.** Tese (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, p. 115. 2021.

LEHMANN, L. H. M. **Participação popular em saúde e Ministério Público: contribuições para a efetivação do Sistema Único de Saúde.** Florianópolis: UFSC, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101079. Acesso em 15 set. 2023.

LIMA, M. D. **Trajetória de luta e resistência do movimento dos atingidos pela construção da Barragem Oiticica em Jucurutu/RN.** In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2021, Maranhão. Classes Sociais, Lutas Sociais e Políticas Públicas, 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1271_1271612eaff9b1fc0.pdf. Acesso em: 4 fev. 2024.

MOREIRA, M.R.; ESCOREL, S. Conselhos Municipais de Saúde do Brasil: um debate sobre a democratização da política de saúde nos vinte anos do SUS. **Cien Saude Colet**, v. 14, n. 3, p. 795-805, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/pgVkGZVkhNkVssbbRtZbwVC/abstract/?lang=pt. Acesso em 15 set. 2023.

PEREIRA. I. P. et al. O Ministério Público e o controle social no Sistema Único de Saúde: uma revisão sistemática. **Cien Saude Colet**, v. 24, n. 5, p. 1767-1776, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/rkMJkw7FqKzKD6bzsqNqpvg/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 set. 2023.

PONTE, A. G. V.; RIGOTTO, M. R.; SILVA, J. V. Necessidades de saúde de camponeses em conflito ambiental frente à instalação de perímetros irrigados. **Ciência e Saúde Coletiva,** v.23, n.5, 2018.

RIBEIRO, C. F. B. **O Ministério Público e o Controle Social: possibilidades de interação na construção da defesa e garantia do direito à saúde.** Londrina: Almedina, 2008.

SANTOS, F. M. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos-SP, v. 6, n. 1, p.383-387, mai. 2012.

SANTOS, M. C. O conceito de “atingido” por barragens - direitos humanos e cidadania. **Direito e práxis,** Rio de Janeiro, v. 06, n. 11, p. 113-140, dez. 2014. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/download/12698/12409#:~:text=O%20termo%20atingido%20%C3%A9%20disputado,no%20meio%20acad%C3%AAmico%2C%20na%20busca. Acesso em: 23 nov. 2022.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da pesquisa.** 2 ed. IESDA Brasil S.A, Curitiba, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

Campus Caicó

Curso de Graduação em Enfermagem

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa "**direitos sociais e participação popular: narrativas do movimento de atingidos pela barragem de oiticica, RN",** coordenada pelo (a) **Prof. Dra Maura Vanessa Silva Sobreira** e que segue as recomendações das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Caso decida aceitar o convite, será submetido ao seguinte procedimento: aplicação de questionário cuja responsabilidade de aplicação é de **Milena Karla Brito de Oliveira,** graduanda em enfermagem do Campus Avançado Caicó, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. As informações coletadas serão organizadas em banco de dados em programa estatístico e analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e inferencial.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: "Investigar a luta pela efetivação dos direitos sociais da população atingida pela barragem de Oiticica, considerando todos os aspectos sociais envolvidos nesse processo.". E como objetivos específicos: Compreender o movimento dos atingidos pela barragem das Oiticicas; identificar se os direitos sociais da população atingida pela Barragem de Oiticica foram assegurados;

analisar a construção e implementação de políticas públicas que garantam os direitos das populações atingidas por esse empreendimento; observar os aspectos de saúde, moradia, educação, emprego, infraestrutura, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária, analisando todas as interfaces envolvidas durante o processo.

O benefício desta pesquisa é ampliar a compreensão dos direitos sociais que a população atingida por barragem necessita e as políticas públicas que se fazem necessárias para alcançar todos eles.

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são de tempo e desconforto durante as abordagens. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente Milena Karla Brito de Oliveira aplicará o questionário e somente a discente Milena Karla Brito de Oliveira e o pesquisador responsável poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não será divulgado dado que identifique o participante; Garantia que o participante se sinta à vontade para responder aos questionários e Anuência das Instituições de ensino para a realização da pesquisa.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados em CD-ROM e caixa arquivo, guardada por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável (orientador) no Departamento de Enfermagem, a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável.

Você ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para o pesquisador Profa Dra Maura Vanessa Silva Sobreira da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/RN, Campus Caicó, na Av. Rio Branco, número 725 – Centro – Caicó. Tel.(84) 3421-6513.

Dúvidas a respeito da ética desta pesquisa poderão ser questionadas ao **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN)** – Faculdade de Medicina da UERN – Rua Miguel Antônio da Silva Neto s/n – Aeroporto

Home page: http://www.uern.br – email: cep@uern.br – CEP: 59607-360 – Mossoró – RN

Tel: (84) 3312-7032.

Se para o participante houver gasto de qualquer natureza, em virtude da sua participação nesse estudo, é garantido o direito a indenização (Res. 466/12 II.7) – cobertura material para reparar dano – e/ou ressarcimento (Res. 466/12 II.21) – compensação material, exclusivamente de despesas do participante e de seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação – sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Dra Maura Vanessa Silva Sobreira.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Consentimento Livre

Concordo em participar desta pesquisa **"Direitos sociais e participação popular: narrativas do movimento de atingidos pela barragem de oiticica, RN".** Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido (a) e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Cidade, ------/------/------

gov.br
Documento assinado digitalmente
MAURA VANESSA SILVA SOBREIRA
Data: 31/01/2023 23:54:43-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante

Milena Karla Brito de Oliveira – Aluna do Curso de Enfermagem, da Univers
do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Caicó, no endereço A
Branco, número 725 – Centro – Caicó. Tel (84)3421-6513.

Profa. Dra Maura Vanessa Silva Sobreira (Orientador da Pesquisa – Pesquisadora Responsável) – Curso de Enfermagem, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Campus Caicó, no endereço Av. Rio Branco, número 725 – Centro – Caicó. Tel (84)3421-6513.

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UERN) – Faculdade de Medicina da UERN – Rua Miguel Antônio da Silva Neto s/n – Aeroporto
Home page: http://www.uern.br – email: cep@uern.br – CEP: 59607-360 – Mossoró – RN
Tel: (84) 3312-7032.

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Bom dia (boa tarde ou boa noite), meu nome é: **Milena Karla Brito de Oliveira** e eu sou estudante do curso de graduação em Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e o Sr. (a) está sendo convidado (a), como voluntário (a), à

participar da pesquisa intitulada **“Direitos sociais e participação popular: narrativas do movimento de atingidos pela Barragem de Oiticica, RN”.**

Pesquisadora responsável: **Profa. Dra. Maura Vanessa Silva Sobreira**

1. **DADOS DE CARACTERIZAÇÃO**
   Idade: ----------
   Sexo:
   Feminino ( ) Masculino ( )

   Qual sua ocupação profissional?

   _____

   Há quanto tempo atua nessa profissão?
   Menos de 1 ano ( ) entre 1 e 5 anos ( ) de 5 a 10 anos ( )acima de 10 anos ( )

   Há quanto tempo mora em Barra de Santana?
   Até 1 e 5 anos ( ) entre 5 e 10 anos ( ) moro aqui desde que nasci ( )

   Já morou em outro lugar?
   Sim ( ) Não ( )

2. **INFORMAÇÕES ACERCA DA TEMÁTICA ESTUDADA**
   Q1) O que você acha da obra Barragem de Oiticica?

   _____
   _____
   _____
   _____

   Q2) Quais os benefícios e malefícios que essa obra trouxe?
   _____
   _____
   _____
   _____

   Q3) Como e porque foi criado o Movimento dos Atingidos pela Barragem de Oiticica?
   _____
   _____
   _____
   _____

   Q4) Os direitos sociais da população foram assegurados?
   _____
   _____
   _____
   _____

Q5) Que estratégias foram utilizadas para garantia dos direitos a população atingida pela barragem?

Q6) Classifique os aspectos de saúde, moradia, educação, emprego, infraestrutura, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária envolvidas durante o processo de construção da Barragem, com uma nota entre zero e dez.

Saúde -----
Moradia ------
Educação ------
Emprego ------
Infraestrutura -----
Ambiente saudável ----
Participação -----
Preservação da cultura comunitária ----

Q7) Na sua opinião qual a importância do Movimento dos Atingidos pela Barragem de Oiticica para garantia da participação popular e efetivação de direitos sociais ?

APÊNDICE C - DECLARAÇÃO

Declaração

Declaro, para os devidos fins, que a pesquisa intitulada "**DIREITOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO POPULAR: NARRATIVAS DO MOVIMENTO DE ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE OITICICA, RN**" somente será iniciada a partir da aprovação do meu parecer pelo Sistema CEP-CONEP e que os resultados obtidos com esse projeto serão devidamente emitidos (relatórios parcial e/ou final) anexando-os a Plataforma Brasil.

Mossoró, 31 de janeiro de 2023.

gov.br Documento assinado digitalmente
MAURA VANESSA SILVA SOBREIRA
Data: 31/01/2023 23:52:38-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

Dra Maura Vanessa Silva Sobreira
Pesquisador(a) Responsável

ANEXOS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Direitos sociais e participação popular: narrativas do movimento de atingidos pela Barragem de Oiticica, RN

Pesquisador: Maura Vanessa Silva Sobreira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67154623.2.0000.5294

Instituição Proponente: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.970.352

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritiva com abordagem qualitativa e participativa apresentada como projeto de Iniciação Científica. Serão recrutados 20 participantes para compor a amostra. O estudo será desenvolvido na comunidade Barra de Santana, situada no município de Jucurutu/RN. Para coleta de dados, será utilizado um questionário semiestruturado organizado por uma série ordenada de perguntas, contendo questões de caracterização dos participantes e questões específicas acerca do tema. A busca dos dados será realizada individualmente em ambiente adequado, preservando e priorizando a sua privacidade e sigilo e será agendado previamente com a população. O instrumento que será utilizado para coletar os dados será um questionário semiestruturado (APÊNDICE B) organizado por uma série ordenada de perguntas, contendo questões de caracterização dos participantes e questões específicas acerca do tema. A coleta de dados acontecerá conforme cronograma previsto. Antes da aplicação do instrumento de coleta os participantes serão informados sobre os objetivos do proposto estudo e será apresentado aos mesmos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após a aceitação em participar da pesquisa, mediante a leitura e assinatura do TCLE, a mesma será realizada. A aplicação do instrumento será realizada individualmente em ambiente adequado, preservando e priorizando a sua privacidade e sigilo. Será agendado previamente e respeitará as medidas de biossegurança, tendo em vista o contexto

pandêmico. A discente e a coordenadora da pesquisa assumem total responsabilidade pelo uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como, uso de
máscara cirúrgica, álcool em gel e distanciamento de dois metros do entrevistado, para que se obtenha uma entrevista segura e dentro das recomendações de combate a COVID -19. A interpretação e análise dos dados obedeceram a um procedimento de análise de conteúdo qualitativos, conforme a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Os dados quantitativos serão apresentados em tabelas, a partir da tabulação no programa excel.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar a luta pela efetivação dos direitos sociais da população atingida pela barragem de Oiticica, considerando todos os aspectos sociais envolvidos nesse processo.

Objetivos Secundários:

Compreender o movimento dos atingidos pela barragem das Oiticicas;

Identificar se os direitos sociais da população atingida pela Barragem de Oiticica foram assegurados;

Analisar a construção e implementação de políticas públicas que garantam os direitos das populações atingidas por esse empreendimento;

Observar os aspectos de saúde, moradia, educação, emprego, infraestrutura, ambiente saudável, participação e preservação da cultura comunitária, analisando todas as interfaces envolvidas durante o processo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

Os riscos mínimos que o participante da pesquisa estará exposto são da dificuldade em falar do assunto devido ser um assunto que mexe com as emoções e com os sentimentos dos mesmos e envolve a cultura e história comunitária. Esses riscos serão minimizados mediante: Garantia do anonimato/privacidade do participante na pesquisa, onde não será preciso colocar o nome do mesmo; Para manter o sigilo e o respeito ao participante da pesquisa, apenas a discente e o orientador aplicarão o questionário e poderão manusear e guardar os questionários; Sigilo das informações por ocasião da publicação dos resultados, visto que não serão divulgados.

Benefícios

O benefício desta pesquisa é a compreensão dos direitos sociais que a população necessita e as

políticas públicas que se fazem necessárias para alcançar todos eles

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante por abordar os direitos sociais que a população necessita e as políticas públicas que se fazem necessárias.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados.

Recomendações:

.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram sanadas e o Projeto pode ser executado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Doença por Coronavírus – COVID-19 (decorrente do SARS-CoV-2, novo Coronavírus);

Considerando a forma de priorizar a saúde da comunidade com o distanciamento social, conforme determinado por cada Chefe do Executivo Estadual;

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte recomenda que as particularidades relacionadas a proteção da saúde de todos os envolvidos nos protocolos de pesquisa sejam observadas e que os decretos e resoluções pertinentes a realidade de cada Instituição Proponente, bem como das instituições anuentes, sejam respeitadas. Por fim, recomendamos que caso sua pesquisa passe por alterações em decorrência dessa paralisação uma emenda deve ser enviada ao CEP para apreciação das mesmas.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2082474.pdf	26/02/2023 11:38:46		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLEmilena_assinado.pdf	26/02/2023 11:38:35	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito

Justificativa de Ausência	TCLEmilena_assinado.pdf	26/02/2023 11:38:35	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Outros	coletadedados.pdf	01/02/2023 00:00:46	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Orçamento	ORcAMENTO.pdf	31/01/2023 23:59:12	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	31/01/2023 23:58:33	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Declaração de concordância	cartadeanuenciaMilena.pdf	31/01/2023 23:58:23	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	_declaracao_inicio_pesquisaMilenna_assinado.pdf	31/01/2023 23:57:53	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCCmilenna.pdf	31/01/2023 23:57:31	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito
Folha de Rosto	folhadeRostoMilenna.pdf	31/01/2023 23:50:56	Maura Vanessa Silva Sobreira	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MOSSORO, 28 de Março de 2023

Assinado por:
Ana Clara Soares Paiva Tôrres
(Coordenador(a))